



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2019

ARP Nº. 60/2019

PROCESSO Nº. 0000914-41.2019.6.22.8000- SEI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 09/2019

A UNIÃO, através do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, por intermédio de sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 294.893-SSP/RO e CPF nº. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR, RESOLVE**, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, **REGISTRAR O PREÇO DOS PRODUTOS ABAIXO DISCRIMINADOS**, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da licitante **CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. **21.366.809/0001-01**, com sede Rua Veterano Manoel Avelino, nº 386, Jardim Nazle, Rio Branco - AC, CEP: 69.918-074, Telefone(s): (68) 2102-8947 / (68) 99213-9424 / (68) 99204-8968/ (69) 2141-7351, E-mail(s): erlande@circuitosengenharia.com.br; erlandesantos@gmail.com; naydson@circuitosengenharia.com.br, neste ato representada por **ERLANDE FEITOSA DOS SANTOS**, brasileiro, portador do RG nº. 353518-SSP-AC, e CPF nº. **817.412.272-91**, doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**.

1. Ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

Item da ARP	Descrição	Percentual de desconto ofertado e <u>homologado no certame</u> (*)	Valor global ofertado com BDI e com desconto (<u>valor homologado no certame</u>)	Valor global ofertado com bdi e com desconto por extenso (<u>valor homologado no certame</u>)
01	Prestação dos serviços de manutenção predial SOB DEMANDA com fornecimento de mão de obra e insumos diversos descritos nas tabelas SINAPI DESONERADA da	<u>23,5323%</u>	<u>R\$ 3.383.028,4450</u>	<u>Três milhões trezentos e oitenta e três mil e vinte e oito reais e quarenta e quatro</u>

unidade federativa do Estado de Rondônia.		<u>quatro</u> <u>centavos.</u>
<p>* Percentual de Desconto OFERTADO sobre o valor global e que será aplicado nos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços. As demandas terão como valor de referência a mesma tabela do SINAPI DESONERADA da unidade federativa do Estado de Rondônia - da data da licitação - e permanecerão inalteradas pelo período mínimo de 12 (doze) meses, contados da data da licitação.</p>		
<p>Obs.: O detalhamento do BDI encontra-se no item IV do Capítulo 6 do Termo de Referência e o detalhamento da proposta da empresa encontra-se no evento 0426465 do Processo SEI respectivo.</p>		

1.2. As demandas serão autorizadas de acordo com o grau de prioridade ou necessidade do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, mediante a expedição de Ordem de Serviços e celebração de Contrato respectivo, conforme ANEXO VIII e detalhamento constante no item II, "V", do Capítulo 2, do Termo de Referência respectivo.

1.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - **ou por outros meios previstos na legislação de licitações**, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.4. A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

1.5. No TRE-RO, a Gestão e Fiscalização desta Ata de Registro de Preços ficará a cargo pelo titular da Seção de Manutenção Predial - SEMAP ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

1.6. No anexo I deste instrumento constam as empresas componentes do cadastro reserva para item(ns) desta ARP (art. 11, inciso II e §1º, do Decreto 7.892/2013).

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação - SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 19 de julho de 2019.

<p>LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador</p>	<p>ERLANDE FEITOSA DOS SANTOS Pela Adjudicatária Fornecedor</p>
--	--

Fábia Maria dos Santos Silva
CPF: 567.849.102-49
Testemunha

Aldací Souza Mota
CPF: 326.504.772-53
Testemunha

ANEXO - I DA ARP Nº. 60/2019/TRE-RO
FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

Em obediência ao disposto no art. 11, inciso II e §1º, do Decreto 7.892/2013, segue, abaixo, relação dos licitantes remanescentes que aderiram ao cadastro de reserva para a ARP supramencionada, consistente no aceite em atender o(s) item(ns) a seguir indicados, com preços iguais aos do licitante vencedor, consoante registrados neste instrumento e na proposta da adjudicatária, e conforme se constata por meio da anuência incluída na Ata de Formação de Cadastro Reserva respectiva, a qual se encontra juntada no Processo Administrativo referido, a seguir detalhado:

Fornecedores que aderiram ao cadastro de reserva para a ARP Nº. 60/2019/TRE-RO				
Classif	CPF/CNPJ	Nome/Razão Social	Qtde. Ofertada	Data/Hora da Adesão
1	09.370.441/0001-50	YESHUA COMERCIO E SERVICOS LTDA	1	11/07/2019 12:41:23
2	01.999.130/0001-42	TERRA FORTE EIRELI	1	11/07/2019 15:05:23
3	09.374.006/0001-01	GAMA CONSTRUCOES COM E REP. LTDA	1	11/07/2019 16:19:58
4	17.278.082/0001-33	HAZA CONSTRUCOES DE EDIFICIOS LTDA	1	11/07/2019 12:56:53



Documento assinado eletronicamente por **ERLANDE FEITOSA DOS SANTOS, Usuário Externo**, em 19/07/2019, às 09:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 19/07/2019, às 14:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 19/07/2019, às 14:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 22/07/2019, às 08:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0436343** e o código CRC **1F9ED1AC**.

0000914-41.2019.6.22.8000

0436343v6



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 25 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP

1. INTRODUÇÃO

- I. Em atendimento ao disposto no artigo 3º, incisos I a III, da Lei n. 10.520/2002 e nos incisos I, III, V e § 2º. do art. 9º. do Decreto Federal n. 5.450/205 e nos artigos 6º, inciso IX e 7º, inciso I da Lei n. 8.666/93, bem como o disposto no Decreto n. 7.892/2013, com suas alterações posteriores, Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013 e Instrução Normativa n. 004/2008 - TRE-RO, elaboramos o presente Termo de Referência com vistas à **FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS**, por meio de pregão eletrônico, para eventual contratação de empresa especializada na prestação de **SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA**, serviços de natureza contínua comuns de engenharia a serem prestados nos imóveis utilizados pela Justiça Eleitoral de Rondônia na Capital e no interior do Estado de Rondônia.
- II. Observa, **NO QUE APLICÁVEL**, as regras e diretrizes para contratação de bens e serviços no âmbito da Justiça Eleitoral estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral através da Resolução TSE n. 23.234/2010, utilizando-se subsidiariamente, também **NO QUE APLICÁVEL**, a Instrução Normativa SG/MPDG n. 5/2017 - e suas alterações posteriores - naquilo que não contraria o disposto na referida Resolução do TSE e nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU.

2. DO OBJETO E SEUS COMPLEMENTOS

I. DO OBJETO

- A. **FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS**, por meio de pregão eletrônico, para eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA**, com fornecimento de peças, materiais e mão-de-obra, na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil para o Estado de Rondônia, doravante denominada SINAPI, nos imóveis utilizados pela Justiça Eleitoral de Rondônia na capital e no interior do Estado de Rondônia, pelo período de 24 (meses) meses, podendo ser prorrogada na forma do Art. 57, da Lei n. 8.666/1993.
- B. As tabelas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) do Estado de Rondônia encontram-se no seguinte endereço eletrônico: http://www.caixa.gov.br/site/Paginas/downloads.aspx#categoria_658.

II. DETALHAMENTO DO OBJETO

I. DEFINIÇÕES

- A. **Administração Pública:** a Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive as entidades com personalidade jurídica de Direito Privado sob controle do Poder Público e

das Fundações por ele instituídas ou mantidas.

- B. **Contratada:** empresa proponente vencedora do certame licitação com a qual se assinou a Ata de Registro de Preço e eventualmente celebrou contrato com o TRE de Rondônia.
- C. **SINAPI:** Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, calculado mensalmente pelo IBGE através de convênio com a Caixa Econômica Federal que tem como objetivo a produção de informações de custos e índices de forma sistematizada e com abrangência nacional, visando a elaboração e avaliação de orçamentos, como também acompanhamento de custos.
- D. **Termo de Referência:** peça que descreve a prestação dos serviços, que contém os elementos técnicos capazes de propiciar a avaliação do custo, pela administração, com a contratação e os elementos necessários e suficientes a serem adotados pelas licitantes, na apresentação de suas propostas e pela eventual CONTRATADA para a prestação dos serviços.
- E. **Manutenção:** conjunto de atividades que visam assegurar capacidade plena e condições de funcionamento contínuo, seguro e confiável dos equipamentos, sistemas e instalações, preservando-lhes as características e o desempenho.
- F. **Manutenção Preventiva:** ação planejada e sistemática de tarefas de prevenção de forma constante que envolve programas de inspeção, reformas, reparos, entre outros, monitorando um determinado objeto estudado para evitar que ele apresente erros ou se quebre.
- G. **Manutenção Corretiva:** Serviços esporádicos, ausentes de programação prévia, a serem executados em caráter eventual e/ou especial.
- H. **Produtos ou Resultados:** são os bens materiais e imateriais, quantitativamente delimitados, a serem produzidos na execução dos serviços contratados.
- I. **Equipamentos de Proteção Individual (EPI's):** são os exigidos pelos órgãos governamentais de Segurança e Medicina do Trabalho, para execução dos serviços tais como: capacetes, botas, luvas de borracha, cinto de segurança, óculos, máscaras, protetores auriculares e capas plásticas.
- J. **Benefício e Despesas Indiretas (BDI):** A taxa de Benefício e despesas indiretas é a margem de acréscimo que se deve aplicar sobre o custo direto para incluir as despesas indiretas e o benefício da construtora na composição do preço da obra.
- K. **SICRO:** Sistema de Custos Referenciais de Obras, visa oferecer ao DNIT e às demais esferas governamentais e privadas envolvidas com a elaboração de orçamentos um padrão nacional de referência de custos dos diferentes componentes da infraestrutura de transportes, inclusive edificações.

II. DA LEGISLAÇÃO APLICADA

Aplicam-se a esta contratação, não somente, mas, inclusive:

- A. **Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, de 08 de agosto de 2000** (Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada

pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.);

- B. **Decreto n. 5.450/2005, de 31 de maio de 2005** (Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.);
- C. **Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993** (Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências);
- D. **Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006** (Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), regulamentada pelo Decreto n. 8.538, de 06 de outubro de 2015.
- E. **Decreto n. 2.271/97** (Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.);
- F. **Lei n. 12.309, de 09 de agosto de 2010** (Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2011 e dá outras providências e limita o custo global de obras e serviços contratados e executados com recursos orçamentários da União à composição dos custos unitários de insumos ou serviços sendo menores ou iguais à mediana de seus correspondentes na tabela do SINAPI);
- G. **Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013** (Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências);
- H. **Decreto n. 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e alterações posteriores** (Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei n- 8.666, de 21 de junho de 1993.);
- I. **Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008**: apresenta regras complementares à Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei n. 8.666/1993 - e à Lei do Pregão - Lei n. 10.520/002 - no âmbito do TRE-RO;
- J. Este termo de referência observa ainda, **NO QUE APLICÁVEL**, as regras e diretrizes para contratação de bens e serviços no âmbito da Justiça Eleitoral estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral através da **Resolução TSE nº 23.234/2010**, utilizando-se **SUBSIDIARIAMENTE**, também **NO QUE APLICÁVEL**, a **Instrução Normativa SG/MPDG nº 5/2017** - e suas alterações posteriores - naquilo que não contraria o disposto na referida Resolução do TSE e nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU.

III. DAS NORMAS TÉCNICAS

- A. Os materiais empregados e os serviços executados, de manutenção, deverão obedecer a todas as normas atinentes ao objeto da demanda, existentes ou que venham a ser editadas, em especial:
 - i. Normas da ABNT;
 - ii. Manual de Obras Públicas - Edificações - Práticas da SEAP;

- iii. Normas das concessionárias de serviços públicos.
 - iv. Legislação de acessibilidade (NBR 9050) e as pertinentes ao fim a que se destina a manutenção;
 - v. Regulamento do [Corpo de Bombeiros](#) do Estado de Rondônia;
 - vi. Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01 de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
- B. A CONTRATADA deverá, regularmente, verificar as atualizações dos normativos citados no subitem "A." acima e eventuais novas regulamentações.

IV. DOS SERVIÇOS

- A. A contratação visa à **prestação de serviços comuns de engenharia, SOB DEMANDA**, na manutenção nos sistemas, redes e instalações elétricas, telefônicas, lógicas, hidrossanitárias, de combate e prevenção a incêndios e de ar condicionado, sistema de proteção de descargas atmosféricas (SPDA) existentes, bem como reconstituição das partes civis afetadas, na estrutura dos imóveis utilizados pela Justiça Eleitoral de Rondônia na capital e no interior do Estado de Rondônia, entre outros sob seu domínio, posse ou propriedade, conforme tabela abaixo:

TABELA - IMÓVEIS DA JUSTIÇA ELEITORAL EM RONDÔNIA	
01	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA - EDIFÍCIO-SEDE Av. Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa da União - Porto Velho RO, CEP 76.805-859
02	CENTRO DE MEMÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL Av. Rogério Weber, 1024, Bairro Baixa da União - Porto Velho RO, CEP 76.805-832
03	FÓRUM ELEITORAL DE PORTO VELHO, Av. Jaci-Paraná s/n, Bairro Baixa da União - Porto Velho RO, CEP 76.805-859
04	ALMOXARIFADO/DEPÓSITO DE URNAS/PATRIMÔNIO Av. Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União - Porto Velho RO, CEP 76.805-859
05	ANEXO III, SEÇÃO DE TRANSPORTE Av. Rogério Weber S/N, Bairro Baixa União - Porto Velho/RO
	FÓRUM ELEITORAL DE GUAJARÁ-MIRIM

06	Rua Cândido Rondon, 784, Bairro Tamandaré – Guajará-Mirim/RO, CEP 76.850-000
07	FÓRUM ELEITORAL DE ARIQUEMES Rua Aquariquara, 3631, Bairro Setor Institucional – Ariquemes/RO, CEP 76.872-856
08	FÓRUM ELEITORAL DE BURITIS Av. Porto Velho S/N, Bairro Setor 02, Quadra 26, Lote 14 - Buritis/RO, CEP 76.880-000
09	FÓRUM ELEITORAL DE MACHADINHO DO OESTE Av. Rio de Janeiro, 3134, Bairro Centro – Machadinho do Oeste/RO, CEP 76.868-000
10	FÓRUM ELEITORAL DE JARU Rua Princesa Isabel, 028, Bairro Setor 02 – Jaru/RO, CEP 76890000
11	FÓRUM ELEITORAL DE OURO PRETO Rua Café Filho, 83, Bairro União – Ouro Preto do Oeste/RO, CEP 76.920-000
12	FÓRUM ELEITORAL DE JI-PARANÁ Av. Marechal Rondon, 1218, Bairro Centro – Ji-Paraná/RO, CEP 76.900-101
13	POSTO ELEITORAL DE PRESIDENTE MÉDICI Av. Macapá, 1763, Bairro Ernandes Gonçalves – Presidente Médici/RO, CEP 76.916-000
14	FÓRUM ELEITORAL DE ESPIGÃO DO OESTE Rua Rio Grande do Sul, 2664, Bairro Centro – Espigão do Oeste/RO, CEP 76.974-000
15	FÓRUM ELEITORAL DE CACOAL Rua Anísio Serrão, 2004, Bairro Centro – Cacoal/RO, CEP 76963804
16	FÓRUM ELEITORAL DE PIMENTA BUENO Avenida Castelo Branco 970, Bairro dos Pioneiros – Pimenta Bueno/RO, CEP 76.970-000
17	FÓRUM ELEITORAL DE VILHENA

	Rua 545, Bairro Jardim América – Vilhena/RO, 76.980-000
18	FÓRUM ELEITORAL DE CEREJEIRAS Av. das Nações, 1847, Bairro Centro – Cerejeiras/RO, CEP 76.997-000
19	FÓRUM ELEITORAL DE COLORADO DO OESTE Av. Marechal Rondon, 4637, Bairro Centro – Colorado do Oeste/RO, CEP 76.993-00
20	FÓRUM ELEITORAL DE ROLIM DE MOURA Av. São Luiz, 4557, Bairro Centro – Rolim de Moura/RO, CEP 76.940-000
21	FÓRUM ELEITORAL DE SANTA LUZIA Rua D. Pedro I, 2349, Bairro Centro – Santa Luzia/RO, CEP 76.950-000
22	FÓRUM ELEITORAL DE ALTA FLORESTA AV. Brasil, 3068, Bairro Princesa Izabel – Alta Floresta/RO, CEP 76.954-000
23	POSTO ELEITORAL DE NOVA BRASILÂNDIA AV. 13 de Maio, esquina com a Av. Tancredo de Almeida Neves, 1858, Bairro Setor 13 – Nova Brasilândia/RO, CEP 76.958-000
24	FÓRUM ELEITORAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ AV. Cacoal, 965 Esq/Rua, Rui Rodrigues de Almeida, Bairro Cristo Rei – São Miguel do Guaporé/RO, CEP 76.932-000
25	FÓRUM ELEITORAL DE ALVORADA DO OESTE Rua Monteiro Lobato, 4283, Bairro Centro – Alvorada do Oeste/RO, CEP 76.930-000
26	FÓRUM ELEITORAL DE COSTA MARQUES Av. Chianca, 1159, Bairro Centro – Costa Marques/RO, CEP 76.937-000

B. A definição do preço global e unitário dos serviços que integrarem as ordens de serviço, dar-se-á por meio da composição dos custos unitários estabelecidos na forma dos serviços e insumos diversos descritos nas TABELAS DO SINAPI **DESONERADA REFERENTE À UNIDADE DA FEDERAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA, vigente na data**

da Abertura do Pregão (apresentação das propostas), aplicando-se sobre o VALOR TOTAL da demanda o PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO PELA LICITANTE VENCEDORA.

- C. Os principais tipos de serviços e insumos que serão demandados constam no Anexo I - TABELA DE SERVIÇOS E INSUMOS (0400004) podendo ser incluídos outros, se necessário, que sejam da mesma natureza do objeto deste Termo de Referência:
- i. A relação constante do **Anexo I** não tem a pretensão de ser exaustiva, podendo sofrer alterações no caso de adoção de novos materiais e instalação de novos sistemas congêneres.
- D. Na execução das manutenções prediais, a **definição do valor global da demanda** dar-se-á por meio da composição dos custos unitários estabelecidos na forma dos serviços e insumos diversos descritos na tabela SINAPI, aplicando-se, ao preço final, o percentual de desconto ofertado na licitação vencedora.
- i. As composições deverão ser organizadas de forma estarem agrupadas por serviço a serem executados.
- E. A tabela do SINAPI a ser consultada para **definição do valor global das demandas** oriundas deste Termo de Referência **deverá ser a TABELA DO SINAPI DESONERADA VIGENTE PARA O ESTADO DE RONDÔNIA NA DATA DA ABERTURA DO PREGÃO**.
- F. Nos casos em que a **Tabela do SINAPI indicada no item acima não oferecer custos unitários de insumos ou serviços**, deverá ser utilizada outra fonte de precificação, nesta ordem de prioridade:
- i. Tabela do SINAPI DESONERADA PARA O ESTADO DE RONDÔNIA **vigente na data da emissão da Ordem de Serviço**, sobre a qual será aplicado o mesmo percentual de desconto ofertado na licitação;
 - ii. Pesquisa de mercado do local da prestação do serviço, previamente realizada, desde que dentro do prazo de validade, sobre a qual será aplicado o mesmo percentual de desconto ofertado na licitação;
 - iii. Pesquisa de mercado do local da prestação do serviço (com registro dos estabelecimentos e cotações), devendo ser apurada a média entre, no mínimo, três cotações e, sobre ela, após inclusão nas composições da demanda, aplicar o mesmo desconto ofertado na licitação, observando o texto do Art. 3º do Decreto n. 7.983, de 8 abril de 2013:

Arts. 3º do Decreto nº 7.983/2.465, de 8 abril de 2013

“O custo global de referência de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços e obras de infraestrutura de transporte, será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil.

Parágrafo único. O SINAPI deverá ser mantido pela

Caixa Econômica Federal - CEF, segundo definições técnicas de engenharia da CEF e de pesquisa de preço realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE."

G. Deverão ser elaborados pelo CONTRATANTE, **previamente à emissão de cada uma das ordens de serviço, conforme modelo em anexo VIII 0400714, oriundas deste Termo de Referência**, os seguintes documentos:

- i. Memorial descritivo dos serviços e memória de cálculo dos quantitativos;
- ii. Planilha de orçamento com fontes de custos baseada no SINAPI, de acordo com a Tabela aplicável ao contrato, substituído pela ordem de serviço;
- iii. Planilha com as composições analíticas de fontes não SINAPI, quando for o caso, de acordo com o item "F." acima;
- iv. Cronograma físico e cronograma físico-financeiro;

V. DAS DEMANDAS

A. As DEMANDAS serão autorizadas através de **ORDENS DE SERVIÇOS**, conforme ANEXO VIII (0400714), que serão emitidas pelo CONTRATANTE, de acordo com o grau de prioridade ou necessidade do serviço, de acordo com o seu modo de execução ou com sua finalidade:

i. **ORDENS DE SERVIÇOS EMERGENCIAIS**

Definem-se como emergenciais os serviços, como o próprio nome indica, que não podem esperar, que devem ser executados em curto intervalo de tempo, pois a demora na sua execução poderá ensejar aumento dos transtornos e/ou prejuízos causados aos usuários das instalações. A título exemplificativo, a tabela ITENS EMERGENCIAIS elenca alguns serviços que poderão ser executados na contratação pretendida:

- a. As ordens de serviços emergenciais poderão ter seu prazo de início de execução a partir de 30 (trinta) minutos, a contar do envio da solicitação;
- b. Iniciado o atendimento emergencial, a intervenção deverá ser concluída dentro do prazo de execução previsto e registrado na demanda, com redução no prazo de 20% (vinte por cento), objetivando minimizar os transtornos/prejuízos causados aos usuários. Para tanto, a CONTRATADA deverá providenciar, com antecedência, kits de ferramentas e de materiais comumente empregados em consertos emergenciais, especialmente nas áreas de hidráulica e eletricidade.
- c. A demora para dar início ou para concluir os atendimentos emergenciais e ordinários por falta de ferramentas e/ou materiais adequados ou por falta de habilidades técnicas do profissional deverá ser comunicada pela fiscalização de imediato à CONTRATADA.
- d. A lista de serviços emergenciais abaixo não pretende ser exaustiva e poderão ser solicitados pela Administração outros serviços, de acordo

com as tabelas do SINAPI:

ITENS EMERGENCIAIS	
01	Colagem de carpetes
02	Confecção de extensões
03	Conserto de descarga de vaso e de mictório
04	Correção de curto-circuito, verificação de falta de energia.
05	Desentupimento de pia, mictório, vaso, tubulação
06	Instalação luminárias, circuitos elétricos
07	Manutenção de portões eletrônicos, janelas
08	Manutenção em Passagem de cabos
09	Substituição de torneiras, bóias, registros, troca de carrapetas, troca de reparos de válvulas
10	Troca de lâmpada, tomadas, reatores, interruptores, disjuntores.
11	Troca de sifão (pia), rabichos
12	Verificação de falta de água, detecção e eliminação de vazamentos (torneira, chuveiro, tubulações)

ii. ORDENS DE SERVIÇOS ORDINÁRIAS

Definem-se como ordinários os serviços comuns de manutenção predial, que tem características de serviços rotineiros e que podem ser programados para execução em curto prazo - até 24 horas após a solicitação, não necessitando portanto, de atendimento imediato. A título exemplificativo, a tabela seguinte elenca alguns serviços ordinários que serão executados nesta contratação e que poderão ser objeto de solicitação futura:

- a. Quando a ordem de serviço ordinária necessitar da aquisição de materiais específicos para sua conclusão, a Fiscalização poderá fixar prazo diferenciado para a execução da ordem de serviço, que deverá ser consignado no ato da emissão da OS, a pedido da CONTRATADA;
- b. A lista de serviços abaixo não pretende ser exaustiva e poderão ser solicitados pela Administração outros serviços, de acordo com as tabelas do SINAPI:

ITENS ORDINÁRIOS	
01	Fixação de portas e prateleiras de armários
02	Fixação de quadros, molduras, tanques, suportes
03	Fixar papeleiras, porta copos e saboneteiras
04	Instalação de canaletas, tomadas, confecção de extensão
05	Instalação de eletro calhas
06	Instalação de lâmpadas, reatores, refletores, placas
07	Instalação de luminárias de emergência
08	Instalação de molas de portas, substituição de fechaduras, dobradiças, trincos
09	Instalação luminárias, prateleiras
10	Limpeza de caixas de recalque
11	Limpeza de grelhas, ralos e calhas
12	Pintura de parede, teto e piso
13	Pintura de tubulação de esgoto, incêndio e água potável
14	Regular porta, janela
15	Remanejamento de luminárias
16	Reparo em piso laminado
17	Reparo no forro de gesso, pinturas e rodapés
18	Reparo no forro, meio fio e calçadas
19	Substituição de torneiras, chuveiros, tubulações, ducha higiênica
20	Troca de assento de vaso, sifão (pia)

iii. **ORDENS DE SERVIÇOS ESPECÍFICAS**

Definem-se como específicos os serviços que demandam a intervenção de mais de um profissional de áreas afins, tais como: alvenaria, pintura, eletricidade, hidráulica, dentre outras; ou nos casos em que os serviços e/ou materiais requeridos em face de determinada demanda afeta ao objeto da contratação não figurarem nas tabelas SINAPI, de modo que os respectivos orçamentos não possam ser referenciados por um destas tabelas, devendo os custos serem aferidos pela média de preços do mercado, sobre os quais serão aplicados o desconto ofertado pelo contratante. A título exemplificativo, a tabela seguinte elenca alguns serviços específicos que foram executados na contratação vigente e que poderão ser objeto de solicitação futura:

- a. A lista de serviços abaixo não pretende ser exaustiva e poderão ser solicitados pela Administração outros serviços, de acordo com as tabelas do SINAPI:

ITENS ESPECÍFICOS	
01	Assentamento de pisos emborrachados, cerâmicos e porcelanato
02	Automação de portões, Instalação de portas, grades e gralhas
03	Confecção de paredes de gesso acartonado (dry hall)
04	Conserto de bombas de sistema de combate a incêndios
05	Conserto de sistema SPDA
06	Demolição de paredes, pisos e calçadas
07	Impermeabilização de caixas d'água subterrâneas
08	Instalação de bombas de recalque
09	Instalação de divisórias com revestimento acústico
10	Instalação de forro de gesso e de forro mineral
11	Instalação de infraestrutura elétrica par ar condicionados
12	Instalação de placas de granito, mármore, carpetes
13	Instalação de portas, portais, alisares, fechaduras e janelas

14	Instalação e remoção de divisórias
15	Pintura de fachadas, meio fios e pisos cimentado
16	Pintura de teto, salas e paredes
18	Manutenções em telhados, calçadas e pisos
19	Serviços de impermeabilização

VI. DAS VISITAS AOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- A. É facultado ao Licitante realizar visita aos locais de execução dos serviços até o dia útil anterior à data de apresentação de propostas. As visitas deverão ser marcadas com antecedência de pelo menos 24 (vinte e quatro) horas com os servidores da Seção de Manutenção Predial - SEMAP, Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, ou através dos telefones (69) 3211-2028/2119/2072, ou ainda, pelo e-mail semap@tre-ro.jus.br, devendo ser realizada entre os horários de 11h00 (onze) às 18h00 (dezesete) horas, de segunda a sexta-feira. No pedido de visita deverá constar claramente as datas e os locais onde serão realizadas as visitas.
- B. É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais estabelecidos.
- C. Os custos de visita aos locais dos serviços correrão por exclusiva conta da licitante.
- D. Nas datas e horários marcados para visita, o representante da licitante deverá comparecer ao local munido de documento que o identifique e indique como representante da licitante.
- E. Como comprovação da visita aos locais onde serão executados os serviços, a licitante deverá apresentar a declaração de visita emitida pela Administração conforme modelo contido no Anexo V deste TR (0400012).

3. COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS

- I. A coordenação da execução de cada Ordem de Serviço será de obrigação total e exclusiva da CONTRATADA, devendo o Responsável Técnico verificar se os serviços estão sendo realizados de acordo com as normas e com qualidade, principalmente para evitar re-trabalho ou recusa do serviços prestados;
- II. A critério do CONTRATANTE, a CONTRATADA, representada preferencialmente pelo Responsável Técnico, deverá participar de reunião presencial, ou por video conferência, para dirimir dúvidas e orientar as execuções.

4. JUSTIFICATIVA

- I. Inicialmente, a Seção de Manutenção Predial - SEMAP é a unidade

regimentalmente competente para inspecionar as unidades prediais e solicitar providências (contratar) atividades de manutenção predial e serviços de engenharia, incluindo elaboração de projetos e fiscalização. O Art. 75 da Resolução TRE-RO nº 006/2015 - Regulamento da Secretaria do TRE-RO, lista o extenso rol das atribuições da SEMAP. Veja-se:

A. Da Seção de Manutenção Predial

Art. 75. *À Seção de Manutenção Predial (SEMAP) compete:*

I - executar as atividades de administração predial e serviços de engenharia; (sic: essa atribuição contém um erro de redação. Na verdade, a SEMAP assessora, de forma consultiva sob demanda, outras unidades pertinentes à área de engenharia, tais como a STI, SEAP. As atividades de administração predial competem à SEAP.

II - providenciar os serviços de remoção, transporte e alocação de móveis, máquinas e materiais nas dependências do edifício-sede do Tribunal, fórum eleitoral da Capital, almoxarifado, depósito de urnas e centro de memória da Justiça Eleitoral;

III - inspecionar permanentemente, na Capital, os prédios do Tribunal, fórum eleitoral da Capital, almoxarifado, depósito de urnas e centro de memória da Justiça Eleitoral, solicitando providências para sua conservação ou reparação, inclusive quanto aos sistemas elétrico, hidráulico, acompanhando e fiscalizando a execução dos serviços contratados com terceiros;

IV - inspecionar, sempre que solicitado, os prédios dos fóruns eleitorais do interior, solicitando providências para sua reforma, conservação ou reparação, inclusive quanto aos sistemas elétrico, hidráulico, acompanhando e fiscalizando a execução dos serviços contratados com terceiros;

V - acompanhar os técnicos na vistoria dos bens a serem reparados, zelando pelo patrimônio do Tribunal;

VI - fiscalizar a fiel execução dos contratos terceirizados de natureza contínua que têm por objeto a manutenção das instalações e dos equipamentos instalados no TRE;

VII - orientar, na Capital, a execução das instalações necessárias nos locais de votação e apuração de votos por ocasião dos pleitos eleitorais;

VIII - elaborar os projetos básicos para a contratação de serviços de engenharia e outros que visem à manutenção e adequação do edifício-sede do Tribunal, fórum eleitoral da Capital, almoxarifado, depósito de urnas, centro de memória da Justiça Eleitoral e dos fóruns eleitorais do interior;

IX - solicitar, receber, inspecionar e controlar o uso dos materiais pertinentes aos serviços de alvenaria, serralheria, marcenaria, carpintaria e hidráulico-sanitários a serem realizados;

X - elaborar propostas destinadas ao melhor aproveitamento funcional e estético do espaço físico dos imóveis utilizados pela Justiça Eleitoral de Rondônia, solicitando e acompanhando as alterações necessárias, de acordo com as necessidades apontadas pela administração;

XI - elaborar estudos preliminares em projetos arquitetônicos de edificações, urbanismo e paisagismo;

XII - especificar, para compra e execução de reformas e adequações de espaços, os materiais a serem adquiridos por processos licitatórios, bem como os serviços necessários;

XIII - inspecionar os serviços de edificação e reforma dos prédios públicos cedidos à Justiça Eleitoral;

XIV - manter a guarda dos documentos relativos aos projetos e a execução de obras do Tribunal;

XV - fornecer elementos para subsidiar na elaboração da proposta orçamentária concernente às obras de construção e reforma imobiliária;

XXII - exercer outras atividades pertinentes determinadas pelo superior hierárquico.

- II. A referida prestação de serviços justifica-se pela necessidade em manter os prédios em perfeito estado de funcionamento, com a realização de manutenções preditiva, preventiva, corretiva e detectiva nas instalações prediais e seus sistemas de combate a incêndio, aterramento, elétrico (instalações elétricas de alta e baixa tensão, iluminação em geral), telefonia/rede de computadores, segurança e vigilância eletrônica, incluindo serviços de alvenaria, serralheria e vidraçaria, e demais instalações físicas como pisos, forros, esquadrias, pintura, cobertura/telhado, vidros, pavimentação, portões, alambrados, caixas d'água, guaritas e demais sistemas das dependências nos imóveis utilizados pela Justiça Eleitoral de Rondônia.
- III. Historicamente a SEMAP sempre contou com um quadro técnico extremamente reduzido, composto por:

I - 01 (um) Analista Judiciário, apoio especializado de Engenharia, com formação em Engenharia Civil;

II - 01 um Técnico Judiciário, apoio especializado de Técnico em Edificações.

Esta situação foi agravada com a aposentadoria do único Analista Judiciário - apoio especializado em Engenharia Civil, neste ano de 2019, restando a este órgão recorrer à colaboração excepcional de outros órgãos da Administração Pública para atender suas demandas. Esse apoio tem se dado pela cessão de técnicos dessa área, atos que vêm se tornando cada vez mais árduo com o passar dos anos justamente em razão dos quadros também reduzidos desses órgãos.

Esse quadro, já bastante preocupante nos dias atuais e incapaz de atender com qualidade as demandas, irá agravar-se de forma inexorável com o crescimento exponencial dos serviços previstos para o quadriênio 2018/2021. Isso porque após as graves consequências da enchente histórica do Rio Madeira ocorrida no ano de 2014, a Administração decidiu pela **construção da nova sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia**, pretensão inserta no Plano de Obras 2016/2107 (**Evento 0105765 do PSEI 0002357-66.2015.6.22.8000**) e integrada no proposta do Plano de Obras 2018 que estabelece a Prioridade de nível 1 para a construção da Nova Sede conforme Resolução TRE-RO nº 09, de 10/05/2017, publicada no DJE do TRE-RO, de 15/05/2017, páginas 4-5.

Face a inexistência de profissionais com especialidades múltiplas para a elaboração de todos os projetos necessários, a Administração decidiu pela execução indireta dos projetos. No ano de 2016 foi realizada a Contratação de pessoa jurídica especializada em serviços técnicos de engenharia para elaboração de projetos de arquitetura, instalações e demais projetos complementares das etapas de Estudos Preliminares, Projeto Básico, Projeto Legal e Projeto

Executivo da Nova Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (PSEI 0004306-28.2015.6.22.8000). Essa contratação restou frustrada, culminando na rescisão do contrato no mês de novembro/2017 (0237492).

Em razão desse fato uma nova contratação dos projetos, com contornos semelhantes - porque foi incluída uma fase de revisão dos estudos preliminares desenvolvidos pela primeira contratada - foi efetivada no PSEI 0002397-77.2017.6.22.8000, com execução iniciada no mês de JANEIRO/2018, vide Contrato Administrativo nº 027/2017 (0254602) e Ordem de Serviço (0255589), que exigem empenho por parte da unidade para sua gestão, bem como o acompanhamento da análise de relatórios, decorrente da contratação 0001552-45.2017.6.22.8000.

Registre-se também que em razão da complexidade e também por sua natureza estratégica - porque dela advirá a contratação da obra da futura sede própria deste órgão - o quadro técnico da SEMAP concentrará suas ações na supervisão da fiscalização dos projetos arquitetônicos e de engenharia e, ainda, na supervisão da fiscalização da própria obra - a qual será objeto de uma contratação específica - (CONTRATAÇÃO DA EXECUÇÃO DA OBRA) - motivo pelo qual seus profissionais não terão a disponibilidade de tempo necessária para atuar na elaboração de estudos preliminares, projetos arquitetônicos, projetos básicos, e projetos legais e/ou projetos executivos e ainda outros estudos técnicos em especialidades específicas para atender as demandas ordinárias da Justiça Eleitoral, os quais, certamente, demandarão outras contratações.

- IV. Somadas a estas circunstâncias, sobrecarga de trabalho e déficit de servidores na unidade, há, ainda, o empenho da unidade em divulgação de licitação para contratação de pessoa jurídica especializada na elaboração de projetos de arquitetura e complementares de engenharia em plataforma bim (building information modeling) e serviços especiais de engenharia, para atender às demandas regulares e ocasionais deste Regional Eleitoral, processo que corre sob o nº 0002397-43.2018.6.22.8000.
- V. Demandas emergenciais fizeram com que o preço estimado se alterasse substancialmente, como exemplo: a elevação da entrada de energia do edifício sede, registrada no processo 0000856-38.2019.6.22.8000, decorrente da inundação das caixas de distribuição na elevação das águas do Rio Madeira, neste ano.
- VI. A reparação do Muro lateral, em virtude de necessidade de reparos na galeria e substituição da galeria por tubo armco, conforme ofício 0279577., que foram registradas no processo 0003396-93.2018.6.22.8000.
- VII. Necessário informar que a ata de registro de preços 99/2018, registrada no processo 0001719-28.2018.6.22.8000, que firmou compromisso para fornecimento deste mesmo objeto, não possui mais saldo suficiente para custear todas demandas que se fazem necessárias para garantir a integridade física das estruturas deste Tribunal, demonstrada sua situação líquida na manifestação 410 0398482.

Por fim, deve ser acrescentado, que o TRE de Rondônia, também não possui em seu quadro cargos de nível auxiliar com atribuições de execução de serviços de manutenção predial.

VIII. JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO:

- A. A solução apontada, contratação dos serviços com terceiros especializados, com fornecimento de material e mão-de-obra,

vem sendo utilizada por este órgão, sendo a única tida como viável quando comparada com outras possíveis soluções. Permite a execução dos serviços de acordo com o surgimento das demandas e a disponibilidade orçamentária, utilizando-se da estrutura empresarial das empresas especializadas. Contrário senso, a Administração teria que realizar a aquisição de materiais e, em certame distinto, teceirizar a execução dos serviços por meio de postos de trabalho, medida não recomendada pelos órgãos de controle.

O TRE-RO dispõe atualmente de contratação similar, no entanto, o valor total do contrato atual está completamente utilizado, conforme demonstrado na manifestação SEMAP 410 0398482.

- B. A decisão pela **UNICIDADE DOS SERVIÇOS** fundamenta-se nas seguintes justificativas:

Aspectos técnicos: Todos os serviços se referem a um plano uniforme de manutenções prediais, composto pelo conjunto de edificações da Justiça eleitoral no Estado de Rondônia. Esta unidade técnica entende que não é recomendável contratar serviços descentralizados de manutenção predial, situação capaz de produzir **conflitos técnicos** entre os diversos executores dos serviços, podendo levar a administração a lidar com o conhecido "jogo de empurra" onde um fornecedor sinaliza como sendo responsabilidade de outro e vice e versa. Além deste, há ainda a necessidade de compatibilização simultânea entre eles quanto aos prazos e intercorrências de partes de uma ação de manutenção sobre outra. Some-se a esses fatores o risco de atrasos parciais dos serviços por distintos fornecedores, situação que poderia resultar em maiores custos para o erário e eventualmente até na interrupção de uma manutenção por fatores externos.

Gestão (coordenação centralizada): O objeto que se pretende, genericamente pode ser descrito como "contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para execução dos serviços de manutenção predial em todos os imóveis da Justiça Eleitoral no Estado de Rondônia". Por experiências já vivenciadas na realização de manutenções prediais, o papel do coordenador, profissional da empresa que vier a ser contratada, é de fundamental relevância na rotina das atividades e na correta conclusão das manutenções. Por outro lado, a existência de múltiplos coordenadores, de empresas distintas, em um mesmo processo sistêmico de manutenções contribui negativamente com o bom andamento das atividades, interesses distintos que poderiam também impactar nos prazos de execução das manutenções, além dos aspectos técnicos já citados.

Ecomicidade: A importância da contratação unificada apoia-se ainda na necessidade de garantir a qualidade e conformidade dos serviços por meio de sua execução por uma única empresa. Quando realizada por mais de uma empresa abre-se possibilidade de conflitos, principalmente, no relacionamento técnico entre elas e a Administração e na execução dos serviços. esse fator expõe a risco a celeridade nas execuções, como já explicitado. Some-se a esses, o fato de que a separação do objeto acarretará elevação dos custos fixos à administração pública, como por exemplo as despesas administrativas das contratadas, as horas dos profissionais técnicos como engenheiros que acompanham e supervisionam a realização de manutenções e que, caso haja mais de uma contratada envolvida, podem significar duplicidade de custos ao contrato ou dos custos de gestão de mais de um contrato simultaneamente com a mesma finalidade. Estes custos se

multiplicam quando sopesamos as horas investidas em duplicidade para eventuais notificações e trâmites processuais.

Em razão disso, a segmentação dos serviços não se mostra viável pelos aspectos **operacional, técnico e econômico**.

5. DA CONFORMIDADE AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E AOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

I. DO PLANEJAMENTO E OBJETIVIDADE DA CONTRATAÇÃO

- A. Com relação ao planejamento e a objetividade, de observância obrigatória, nos termos do **art. 2º da Instrução Normativa n. 04/2008 deste Tribunal**, este Termo de Referência leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, de acordo com as justificativas descritas neste Termo de Referência, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário, conforme abaixo:

Do Planejamento: Este Termo de Referência está sendo elaborado com as justificativas técnicas que permitem à Administração conhecer as necessidades e identificar o objeto a ser licitado dimensionado nos limites de sua realidade orçamentária.

Da Objetividade: Os serviços pretendidos visam dotar a Justiça Eleitoral de Rondônia de condições de atender adequadamente suas demandas na área de manutenção predial preventiva, preditiva, corretiva e investigativa, ante a insuficiência no quadro do TRE-RO de profissionais para exercer a função de responsável técnico, bem como para a execução e o acompanhamento das diversas atividades que demandam especialidades diversas.

Esta contratação integra o Planejamento Estratégico Institucional (PEI 2015/2020) e o PLANO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS para o Exercício 2018, documentos publicados e disponíveis na página da intranet deste Tribunal e está alinhado com o MACRODESAFIO estratégico de APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, em relação ao indicador "**Índice de adequação das instalações físicas**" - **Ação: Priorizar investimentos em obras/reformas**. Apesar de não tratar-se de Obra ou Reforma.

II. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- A. De acordo com o art. 6º da IN n. 001/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta, na contratação de serviços, a Administração Pública poderá exigir critérios de sustentabilidade ambiental.
- B. Dessa forma, pela natureza do objeto pretendido que tem como produto final a prestação de serviço de manutenção predial preditiva, preventiva e corretiva, a CONTRATADA deverá observar os itens I, IV e VII do artigo 6º da referida Instrução Normativa, abaixo transcritos:

I - use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

[...]

IV - forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se

fizerem necessários, para a execução de serviços;

[...]

VII - respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

- C. Nas manutenções preditivas, preventivas e/ou corretivas, **deverão ser utilizados**, sempre que o equipamento permitir, produtos biodegradáveis registrados no Ministério da Saúde e, após a manutenção, os equipamentos e o local deverão ser limpos, os móveis e equipamentos recolocados nos seus respectivos lugares e os resíduos sólidos acondicionados em sacos de material apropriado e descartados adequadamente pela CONTRATADA, conforme disciplinado no Termo de Referência respectivo.
- D. Além disso, há ainda a preocupação com descarte ou reutilização dos resíduos sólidos - conforme disposto na Lei n. 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. O art. 35 desse normativo, estabelece, em síntese, que essa obrigação será exigível quando o município estabelecer um sistema de coleta seletiva pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, situação em que se enquadra o Município de **Porto Velho**, que, por meio da Portaria Conjunta SEMA/SEMUSB nº, 30 de 17/05/2016, publicada no Diário Oficial do Município de Porto Velho, de 17/05/2016 (0307011), estabeleceu diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, no âmbito de sua circunscrição.
- E. Dessa forma, será exigido da futura CONTRATADA que os resíduos sólidos provenientes da execução dos serviços de manutenção, a CONTRATADA deverá observar a legislação municipal para gestão dos resíduos sólidos existente no Município de Porto Velho como também nos demais municípios onde serão executados serviços, caso estes já tenham aprovado leis/atos normativos com essa finalidade.

6. DO PREÇO GLOBAL DE REFERÊNCIA - OBSERVÂNCIA DO DECRETO FEDERAL N. 7.983/2013:

- I. O valor global **estimado** do registro de preços é de **R\$ 4.424.127,37 (quatro milhões, quatrocentos e vinte e quatro, cento e vinte e sete reais e trinta e sete centavos)**.
- II. Este valor foi obtido através de estimativa de manutenções preventiva e corretivas nas unidades da Justiça Eleitoral em Rondônia para um período de 24 (vinte e quatro) meses, conforme demonstrado no **ANEXO X - Valor Estimado** para Manutenção 0403205.
- III. Na apuração do preço estimado de referência foi observado o **Decreto Federal n. 7.983/2013**, que estabelece as regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, no âmbito da União e elegeu o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, como referencial de preços. Veja-se:

Art. 3º *O custo global de referência de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços e obras de infraestrutura de transporte, será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos **custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - Sinapi**, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial*

ou que não possam ser considerados como de construção civil.

- IV. Dessa forma, a composição dos custos unitários e globais dos serviços e insumos diversos foram obtidos nas TABELAS DO SINAPI DESONERADA REFERENTE À UNIDADE DA FEDERAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA, com vigência iniciada em FEVEREIRO/2019, sobre o qual foi aplicando o O BDI de 24,50% (vinte e quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento), adotado na média definida pelo Acórdão n. 2369/2011 – TCU – Plenário – DOU n. 174, de 20 de setembro de 2011, para serviços de engenharia compreendidos no intervalo de R\$ 1.500.000,00 até R\$ 75.000.000,00.
- V. Os quantitativos das demandas previstas para o período decorrem da necessidade de manter-se regular a infraestrutura física do Tribunal, com serviços corriqueiros e contínuos necessários de natureza preventiva e corretiva que foram estabelecidas por exigência da Administração, além das demandas emergenciais informadas na justificativa da contratação do objeto.

7. DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

- I. Tratando-se de formação de registro de preços, não há necessidade da reserva orçamentária, entendendo não haver qualquer irregularidade, posto que o desencadeamento do registro de preços independe da existência de recursos financeiros, sendo necessário a indicação da fonte somente no ato da contratação, conforme disposto no art. 7º, § 2º, do Decreto n. 7.892/2013.
- A. Contudo, foi incluído na proposta de orçamento de 2019 para o fundo AIEF MANFRE, que custeará as despesas de manutenção predial, o valor de R\$ 1.476.600,00, conforme evento sei nº 0314951:

Categoria	Orçamento ordinário
Agregador	Manutenção Predial
Despesa agregada	Contrato de manutenção predial sob demanda
Plano interno	AIEF MANPRE
Valor registrado	R\$ 1.476.600,00

- B. Deve ser registrado que a vedação do inciso III, §2º, art. 7º, da Lei n. 8.666/1993 tem aplicação apenas para o exercício corrente, regra que será observada quando da efetivação das contratações derivadas da ARP que será celebrada ao final do certame. Como o eventual contrato celebrado terá sua duração estimada para 24 (vinte e quatro) meses, para os exercícios subsequentes (2020 e 2021) a despesa será suportada com os recursos específicos incluídos nas propostas orçamentárias da Justiça Eleitoral para esses exercícios.
- C. Por fim, ressalta-se que a determinação legal para que os contratos tenham vigência limitada aos respectivos créditos orçamentários admite algumas exceções dispostas nos incisos do art. 57 da Lei nº 8.666/93, ao qual se incluem as **prestações**

de serviços a serem executados de forma contínua.

8. DO CERTAME LICITATÓRIO

I. ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO

- A. No entendimento desta unidade deverá ser adotada para o certame competitivo a modalidade **pregão eletrônico, sob o regime de empreitada por preço global, sob a forma de execução indireta, do tipo menor preço auferido pela oferta do maior desconto ofertado sobre as tabelas do SINAPI DESONERADA referente à unidade da federação do Estado de Rondônia, VIGENTE NA DATA DA LICITAÇÃO.**
- B. Os serviços demandados se enquadra como **bens comuns**, uma vez que apresenta padrões claros de desempenho e de qualidade, objetivamente definidos neste termo de referência, compatíveis com o padrão de mercado, nos termos do art. 2º, § 1º, do Decreto nº 5.450/05. Ademais, a precificação dos serviços terá como parâmetro financeiro tão só as tabelas uniformes divulgadas pelo SINAP.
- C. A opção pela realização de Pregão para contratação de serviços que anteriormente se utilizava somente a modalidade Concurso ou Concorrência tipo Técnica e Preço, encontra respaldo na **Súmula TCU nº 257**, que consolidou seu posicionamento quanto ao cabimento do **pregão para contratação de serviços comuns de engenharia**: “O uso do pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia encontra amparo na Lei nº 10.520/2002. A citada Súmula foi aprovada pelo **Acórdão nº 841/2010 - Plenário**, no qual a Corte de Contas entendeu que o pregão deve ser utilizado para a contratação de serviços de engenharia comuns, a fim de propiciar a ampliação da competitividade e a obtenção de propostas mais vantajosas.
- D. O mesmo entendimento foi adotado recentemente pelo TCU, conforme se extrai do **Acórdão n. 1381/2018- Plenário, julgado em 20/06/2018, verbis**:

SUMÁRIO: ACOMPANHAMENTO DE EDITAIS DE LICITAÇÃO POR MEIO DO SISTEMA DE ANÁLISE DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E EDITAIS (ALICE). PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM POSSIBILIDADE DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. SUSPENSÃO CAUTELAR DO CERTAME. OITIVA. ANULAÇÃO DO CERTAME. POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA MEDIANTE PREGÃO.

1. A contratação de serviços comuns de engenharia pode ser realizada mediante pregão para registro de preços quando padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, e a contratação tenha por objetivo prover serviços de manutenção predial repetidos e rotineiros.

2. A utilização do critério de julgamento menor preço auferido pela oferta de desconto sobre os preços da tabela Sinapi tem amparo no artigo 9º, § 1º, do Decreto 7.892/2013, desde que os pagamentos dos serviços, durante a validade da ata de registro de preços, ocorram com base nos valores da tabela Sinapi da data da licitação, tendo em vista o disposto na Lei 8.666/1993 sobre reajustes anuais.

3. O instrumento convocatório de pregões para registro de

preços de serviços comuns de engenharia deve demonstrar que tais serviços serão empregados em atividades de manutenção predial, observados os conceitos do artigo 6º da Lei 8.666/1993 e das normas técnicas relacionadas à matéria, de forma que não haja margem de interpretação para a realização de obras mediante a contratação.

II. DA FORMAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS:

A. Da necessidade de formação do registro de preços:

A formação de registro de preços é o instrumento mais adequado para atender os interesses da Administração porque os serviços demandados devem ser contratados de forma parcelada pelas razões adiantes expostas:

- i. Pela natureza dos serviços (manutenção predial) não é possível definir previamente o quantitativo exato a ser demandado pelas diversas unidades prediais. Assim, com o registro de preços, os serviços serão contratados sob demanda, de acordo com as necessidades efetivas de serviços corretivos/detectivos de manutenção das instalações prediais, e de acordo com o Plano de Manutenção Preditiva/Preventiva que vem sendo elaborado pela Seção de Manutenção Predial. Uma prévia do Plano de Manutenção Preditiva/Preventiva está juntada no Anexo IV - PLANO BÁSICO DE MANUTENÇÃO deste TR, podendo ser alterado de acordo com as necessidades do TRE-RO. Tal situação fática preenche a hipótese prevista no **Art. 3, inciso IV, do Decreto 7.892/2013**.
- ii. Além do mais, a previsão de serviços emergenciais fortalecem, em tese, o argumento de impossibilidade de definir previamente o quantitativo de serviços a serem realizados.
- iii. Pela continuidade constante de serviços de manutenção, há necessidade de **contratações frequentes (Art. 3, inciso I, do Decreto 7.892/2013)**. Assim, não seria razoável a Administração deixar de lançar mão do registro de preços e, do contrário, patrocinar inúmeros certames licitatórios para atingir o mesmo objetivo que pode ser atingido por um único certame. Assim, materializa-se também o **Princípio da Economicidade**.
- iv. A formação de registro de preços independe de indicação da dotação orçamentária (**art. 7º, § 2º, do Decreto 7.892/2013**). Isso implica dizer que a Administração não precisa aguardar a liberação do orçamento da União para deflagrar o certame. A formação de registro de preços, de imediato, permite que as aquisições ocorram com celeridade, tão logo haja dotação orçamentária, resultando em **eficiência nas atividades administrativas**.

B. Da dispensa do procedimento de IRP:

O **Art. 4º do Decreto 7.892/2013** estabelece a possibilidade do procedimento de registro de IRP por meio do qual outros órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG podem atuar no certame como PARTICIPANTES, indicando suas demandas que serão consolidadas àquelas do ORGÃO GERENCIADOR. Ocorre que, no entedimento desta unidade demandante, o referido procedimento não pode ser aplicado ao presente certame porque o **referencial de precificação** está restrito às **tabelas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) do Estado de Rondônia**. Além disso - e principalmente - a celeridade que deve ser imprimida ao certame recomenda a

supressão dessa fase, com duração sempre prolongada em razão do tempo que deve ser reservado aos eventuais órgãos interessados para produzirem e aprovarem os atos necessários à participação.

C. Da utilização da ata de registro de preços por órgãos não participantes do certame:

Durante sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal ou órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência deste órgão gerenciador e aceitação do fornecedor.

JUSTIFICATIVA exigida pelo Acórdão n. 495/2018 - TCU -

Plenário: Justifica-se a possibilidade de utilização por outros órgãos por tratar-se de serviço comum de engenharia, especificamente para realização de manutenções prediais. Tais manutenções, sejam preditivas, preventivas, corretivas ou detectivas, são necessárias a todas as edificações da administração pública, sendo de grande valia para outro órgão ou entidade da administração pública. Por ser a contratação do tipo ARP, reduz os custos de outras entidades na realização do certame e é de fácil adequação às disponibilidades orçamentárias de cada entidade. Além disso, cada entidade pode facilmente adequar a demanda à realidade de suas edificações porque as demandas não estão previamente definidas e sim um rol de materiais e serviços dos quais a administração pode fazer uso para atender as variáveis de manutenções prediais existentes.

De acordo com o Art. 22, § 3º do Decreto n. 7.892/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

De acordo com o Art. 22, § 4º do Decreto n. 7.892/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços **não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado** na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

No procedimento de Adesão à ARP, será observado o disposto no Decreto n. 7.892/2013, **com as alterações promovidas pelo Decreto n. 9.488/2018 e as ORIENTAÇÕES DA SGMP E AGU**, publicadas no PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL em 04/10/2018 - e, por fim, na Instrução Normativa n. 04/2008 deste Tribunal.

D. INAPLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO CERTAME:

1. O valor total estimado da contratação pretendida excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) estabelecidos pelo art. 49, I, da LC 123/2006 e pelo art. 9º, I, do Decreto Federal nº 8.538/2015, patamar que afasta a exclusividade de

participação no certame de microempresas e empresas de pequeno porte.

2. Por sua vez, tratando-se de empreitada por preço global, também **não** é aplicável a regra do art. 48, I e III da Lei Complementar 123/2006 que estabelece a destinação de itens com valores inferiores a R\$ 80.000,00 ou da estipulação de cota de até 25 % para ME/EPP para itens compostos por bens divisíveis com valores totais superiores a esse patamar.

E. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- i. Poderão participar deste Pregão Eletrônico, empresas do ramo, individualmente, que estejam previamente credenciados no SICAF (nível básico do registro cadastral) por meio do site www.comprasgovernamentais.gov.br, para acesso ao sistema eletrônico, e que preencham os requisitos de habilitação previstos no edital.

F. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

- i. Atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT - do profissional, expedida(s) pelo CREA ou CAU, **que comprovem que a licitante tenha executado serviços de manutenção predial com fornecimento de material em edificações, totalizando 6.000 m2 (equivalente a 40% da área total das edificações do TRE-RO de 15.225m2).**

- a. Somente será permitida a soma de atestados quando se tratar de execução de serviços em períodos concomitantes, por no mínimo 06 (seis) meses.

- b. O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) conjuntamente com a(s) **ART**, devidamente baixada(s), referente(s) ao serviço constante do Atestado de Capacidade Técnico-Operacional. Justifica-se tal exigência pelo acréscimo consideravelmente da segurança quanto à documentação apresentada pelas licitantes, maior rapidez nas contratações e atendimento às normas abaixo listadas:

Art. 1º da Lei 6.496 de 7 de dezembro de 1977, "*Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART)"* (grifo nosso).

Art. 13 da Resolução 1.025 de 30 de outubro de 2009, "*Para os efeitos legais, somente será considerada concluída a participação do profissional em determinada atividade técnica a partir da data da baixa da ART correspondente*" (grifo nosso).

Art. 14 da Resolução 1.025 de 30 de outubro de 2009, "*O término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função*" (grifo nosso).

- ii. Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data de entrega da proposta, profissional detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica por execução de serviços de manutenção predial com

fornecimento de material, expedido pelo CREA ou CAU, através da Certidão de Acervo Técnico - CAT;

- a. Entende-se, para fins deste Edital, como pertencente ao **quadro permanente**:
 1. O Empregado;
 2. O Sócio;
 3. O detentor de contrato de prestação de serviço.
 - b. Caso o profissional indicado como responsável técnico para a execução dos serviços **não pertença ao quadro permanente da licitante no momento do certame**, deverá apresentar a cópia da ficha de registro de empregado ou do contrato particular de prestação de serviços ou declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da declaração de anuência do profissional, ou, ainda, outro documento idôneo da comprovação do vínculo (Acórdãos- TCU 800/08-Plenário e 1.762/2010-Plenário);
 - c. Quando se tratar de dirigente ou sócio da licitante tal comprovação será através do ato constitutivo da mesma;
 - d. No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.
- iii. Os profissionais indicados pela CONTRATADA para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional deverão participar do serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição somente quando caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior, sendo que a substituição deverá ser feita por profissional de perfil técnico equivalente ou superior e mediante prévia autorização da CONTRATADA.
 - iv. Declaração, da própria licitante, nos termos do **ANEXO V deste TR (0400012)**, de que efetuou vistoria nos locais dos serviços e que conhece as condições em que serão executados, não sendo admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores de desconhecimento dos locais e dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas em função da renúncia tácita de realizar a visita técnica.
 - v. **Declaração** que terá, até a data da assinatura dos contratos originadas nesta contratação, sede, filial ou, no mínimo, preposto constituído pela empresa no **Estado de Rondônia** e que disponibilizará todas as instalações, equipamentos, ferramental e pessoal adequado para a execução dos serviços (**conforme modelo contido Anevo VI - 0400013**), sendo que, a critério da CONTRATANTE tais instalações estarão sujeitas a vistoria técnica.

G. DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

- i. A proposta deverá ser apresentada nos moldes do exemplo constante no **Anexo II - Modelo de Proposta**, evento 0400006;
- ii. Por tratar-se de MODELO, a Licitante poderá adequar o Modelo de Proposta (**Anexo II**) para atender suas necessidades, desde que mantidos TODOS OS ELEMENTOS constantes no modelo.

- a. Na proposta apresentada a licitante deverá informar o valor global estimado que é **FIXO** para toda as propostas. De acordo com sua proposta informará o percentual do BDI e o desconto que está ofertando e o **SEU** valor global estimado após a aplicação do percentual do DBI e do desconto ofertado.
- iii. Juntamente com a proposta, deverão ser apresentados os seguintes documentos:
 - a. Detalhamento do BDI conforme **ANEXO III - Detalhamento do BDI (0400007)**, obrigatoriamente ofertados dentro dos percentuais máximos definidos no **item "8, II, H, ii" deste TR**.
 - b. Declaração de Visita, se realizada, conforme **Anexo V** deste documento.
- iv. Não serão aceitas propostas com percentual de desconto de valor igual a zero ou negativo ou, ainda, percentuais de BDI superiores aos tetos estabelecidos neste TR.

H. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- i. O critério de julgamento da licitação será o de **MENOR PREÇO GLOBAL ESTIMADO, APURADO PELO MAIOR DESCONTO OFERTADO PELA LICITANTE SOBRE O VALOR GLOBAL ESTIMADO OBTIDO PELAS TABELAS DESONERADA DO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL (SINAPI) DA UNIDADE FEDERATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, VIGENTE NA DATA DA LICITAÇÃO**.
- ii. O BDI **máximo** considerado na aceitação das propostas de **24,50%** (vinte e quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento), foi obtido pela aplicação do **Acórdão n. 2369/2011 - TCU - Plenário - DOU n. 174, de 20 de setembro de 2011**, para serviços de engenharia compreendidos no intervalo de R\$ 1.500.000,00 até R\$ 75.000.000,00. O licitante **deverá detalhar o seu BDI ofertado** com o preenchimento do **Anexo III** (Detalhamento do BDI) evento 0306866.
- iii. **IMPORTANTE: Sob pena de desclassificação da proposta**, o licitante também deverá detalhar no **ANEXO III - Detalhamento do BDI (0400007)** o percentual de BDI para eventuais fornecimentos excepcionais apenas de materiais, obtido pela aplicação do mesmo acórdão do TCU. O BDI máximo admito para o fornecimento de materiais será de **15,60%** (quinze inteiros e sessenta centésimos por cento).

III. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO:

- A. Homologado o resultado da licitação, a adjudicatária será formalmente convocada para retirar, assinar e devolver a Ata de Registro de Preços que firmará o compromisso para futura aquisição, a qual corresponderá à minuta da Ata de Registro de Preços anexa ao edital adaptada à proposta vencedora, observadas as disposições da Lei n. 8.666/93.
 - i. a adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos do TRE-RO, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO - SEI;
 - ii. após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO - SEI, a adjudicatária será convocada, por meio de mensagem

eletrônica (e-mail), para assinatura da Ata de Registro de Preços, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da convocação;

- iii. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
- B. Como condição para celebração da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária deverá comprovar, no ato de sua assinatura, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça.
- C. Com fundamento no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e no Art. 27, § 3º c/c Art. 28, ambos do Decreto n. 5450/2005, ao adjudicatário regularmente convocado que não comprovar a regularidade exigida pelo item II deste Capítulo ou não assinar a ata de registro de preços, será aplicada a multa de 30% (trinta por cento) do valor a ele adjudicado.
- i. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado (parágrafo único do artigo 13 do decreto 7.892/2013).
 - ii. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.
 - iii. Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 01 (um) ano, podendo ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei n. 8.666/93 na forma disciplinada pelo edital do certame.

9. DO CONTRATO

I. REGRAS GERAIS

- A. Em face das demandas e na existência de disponibilidade orçamentária para a contratação, a compromissária da ata de registro de preços será formalmente convocada, dentro do prazo de validade do compromisso, para assinatura do contrato, adaptado à proposta vencedora, observadas as disposições da Lei n. 10.520/2002 e, de forma subsidiária, a Lei n. 8.666/93.
- B. No ato da assinatura do contrato a licitante vencedora deverá apresentar regularidade junto ao **SICAF** e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Conselho Nacional de Justiça. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF e de outras certidões, o contratado deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no

edital e neste termo de referência.

- C. Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por email um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a CONTRATADA realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações - SEI do TRE-RO.
- D. Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Administração contratante remeterá, por email, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela CONTRATADA;
- E. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
- F. A CONTRATADA deverá indicar, até a data da assinatura do contrato, PREPOSTO para representá-la junto ao CONTRATANTE, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE, podendo este não executar suas tarefas nas dependências da CONTRATANTE.
- G. O PREPOSTO deverá ficar disponível para supervisionar os serviços de forma que os profissionais possam cumprir os prazos e condições previstos no contrato. A CONTRATADA deverá fornecer, no mínimo, 02 (dois) números telefônicos, 01 (um) Correio eletrônico, para servirem como canais de comunicação entre o CONTRATANTE e o fiscal/gestor da CONTRATADA, podendo ser utilizado outro meio de comunicação, desde que seja efetivamente utilizado pelo preposto da CONTRATADA. Os dados previstos neste item devem ser mantidos atualizados pela CONTRATADA pelos e-mails gabsti@tre-ro.jus.br; segov@tre-ro.jus.br.
- H. O descumprimento injustificado, pela compromissária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a compromissária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (**art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato**).
- I. À relação contratual, além das disposições previstas no Edital de Pregão, aplicam-se as normas da Lei n. 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Instrução Normativa TRE-RO n. 004/08 - ou outra norma do TRE-RO que venha a substituí-la ou aterá-la; a Lei n. 5.194/66 e supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), e, por fim, as regras gerais do Código Civil Brasileiro.
- J. Integrarão o contrato, para todos os efeitos legais o edital de Pregão e seus Anexos e a proposta vencedora da contratada, independentemente de transcrição.
- K. Com a assinatura do contrato a contratada se obriga a realizar o objeto da licitação nas condições, preços e prazos estabelecidos pelas regras contratuais, no edital de Pregão e seus anexos e na sua proposta, sob pena da aplicação das sanções legais, editais e contratuais.

II. DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

- A. O prazo de **vigência e execução** do contrato será de 24 meses,

podendo ser prorrogado, a juízo da Administração até o limite de 60 meses.

- B. Tratando-se de **serviços continuados**, os contratos decorrentes do certame licitatório poderão ser prorrogados na forma do art. 57, II, da Lei n. 8.666/93.

- i. Os períodos de prorrogações do contrato poderão ser diferentes do período inicial, desde que atendida a finalidade pública, precipuamente, conforme leciona **Marçal Justen Filho (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 14ª edição. Ed. Dialética, São Paulo, 2010, p. 730).**

É obrigatório respeitar, na renovação, o mesmo prazo da contratação original? A resposta é negativa, mesmo que o texto legal aluda a “iguais”. **Seria um contrassenso impor a obrigatoriedade de prorrogação por período idêntico. Se é possível pactuar o contrato por até sessenta meses, não seria razoável subordinar a Administração ao dever de estabelecer períodos idênticos para vigência.** Isso não significa autorizar o desvio de poder. Não se admitirá que a Administração fixe períodos diminutos para a renovação, ameaçando o contratado que não for simpático.

- C. O prazo de execução de cada serviço efetivamente demandado será definido nas ordens de serviços, conforme modelo contido no **ANEXO VII (0400714)**, tendo como referência os prazos da composições do SINAPI, podendo o CONTRATANTE ajustar os prazos quando houver execução de serviços concomitantes.

III. DO EVENTUAL REAJUSTE DOS PREÇOS DO CONTRATO

- A. O percentual de desconto registrado na ata de registro de preços e do BDI ofertado na proposta **permanecerão inalterados** durante todo o período de vigência dos contratos originados do certame.
- B. Em conformidade com os **Acórdãos n. 1238/2016 e 1381/2018, ambos do Plenário do TCU**, os preços contratados **PODERÃO** ser reajustados após o período de 01 (um) ano, contados da data da licitação (data-base do orçamento dos preços ofertados) desde que tenham sido divulgadas, após esse mesmo lapso temporal mínimo de 01 (um) ano, novas tabelas do SINAPI DESONERADA da unidade federativa do Estado de Rondônia.
- i. O reajuste não incidirá sobre os serviços executados previamente à data-base da majoração dos valores, incidindo, apenas, sobre os serviços ainda não executados.
- ii. Essa mesma regra será aplicada nas eventuais prorrogações dos contratos.
- iii. Nos casos em que o reajuste forem aplicáveis, deverá a CONTRATADA apresentar para análise e deliberação da fiscalização, planilha contendo a relação dos serviços e os valores a serem reajustados.

IV. DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

- A. O contrato poderá ser objeto de alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei n. 8.666/93.

V. DO EVENTUAL REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- A. É permitido o reequilíbrio econômico financeiro nos casos previstos no item d do Inciso II do Art. 65 da Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei 8.883 de 1994, verbis:

Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

- B. **É vedado o reequilíbrio**, ou adoção de tabela do SINAPI diferente da inicialmente contratada, quando houver alteração do regime tributário ao qual a CONTRATADA está sujeita, por não se tratar esta hipótese de fato imprevisível, ou previsível porém de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe previsto no art. 65, II, "d", da Lei n. 8.666/93.

10. DA GARANTIA CONTRATUAL

I. Segundo Marçal:

A Lei remete à discricionariedade da Administração a exigência da garantia. Deverá ser exigida apenas nas hipóteses em que se faça necessária. Quando inexistirem riscos de lesão ao interesse estatal, a Administração não precisará impor a prestação de garantia. Mas a exigência da garantia já deverá constar do próprio ato convocatório. Omissa o ato convocatório, a prestação da garantia não pode ser introduzida em momento posterior. É que a prestação da garantia envolve um ônus econômico-financeiro e o licitante necessita conhecer, de antemão, a real extensão de todas as obrigações e custos que recairão sobre ele. (Marçal - Comentários à lei de licitações e contratos Administrativos - 2ª ed, e-book, baseada na 17ª edição impressa, in Thomson Reuters - Revista dos Tribunais).

- II. Na presente contratação a garantia poderá cobrir eventuais prejuízos ocasionados na prestação de serviços pelos agentes da CONTRATADA, assegurar o pagamento de eventuais penalidades pecuniárias impostas pela Administração e não quitadas pela CONTRATADA, além de outras situações que justifiquem o acionamento da cobertura.
- III. Assim, a contratada deverá apresentar, em **até 10 (dez) dias úteis** após a assinatura do contrato, garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93, a saber:
- A. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- B. Seguro-garantia;;
- C. Fiança bancária **emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 - TCU - Plenário)**

- IV. A não apresentação da GARANTIA, injustificadamente, poderá ocasionar a rescisão do contrato, independentemente de ter a CONTRATADA iniciado a execução ou não.

V. DA SUBCONTRATAÇÃO

- A. Com fundamento no art. 72 da Lei nº 8.666/93 e precedentes do TCU (vg Acórdão TCU n. 2198/2015 - Plenário) será permitida a **SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL** do objeto dos contrato, possibilitando a CONTRATADA, mantida sua integral responsabilidade decorrente da execução da demanda, **SUBCONTRATAR ATÉ 50% DO VOLUME TOTAL DOS SERVIÇOS**. A subcontratação observará as regras abaixo:
- i. A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, previamente ao início das atividades, as seguintes informações da subcontratada:
 - a. Razão Social;
 - b. CNPJ;
 - c. Nome e CPF do(s) sócios(s);
 - d. Comprovantes de regularidade perante a Fazenda Federal, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa Trabalhista (TST) e Comprovação de existência de registro no Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
 - e. Relação detalhada dos serviços que serão subcontratados;
 - f. Justificativa para subcontratação.
 - ii. Caberá ao CONTRATANTE autorizar ou não a subcontratação.
 - iii. Os trabalhos da empresa subcontratada deverão submeter-se à coordenação da CONTRATADA de modo a proporcionar o andamento harmonioso, em seu conjunto, permanecendo sob inteira responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das obrigações contratuais.
 - iv. A subcontratação de partes do objeto não libera a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades legais - inclusive trabalhistas - e/ou contratuais sobre os serviços executados pela subcontratada, nem pela conduta dos prestadores de serviço da subcontratada quando nas dependências do CONTRATANTE.

11. DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO SERVIÇO

- I. É de responsabilidade da CONTRATADA a gestão da mão de obra necessária para a realização dos serviços objeto deste Termo de Referência.
- II. Todos os materiais a serem empregados serão novos, comprovadamente de primeira linha, de qualidade extra ou superior e certificados pelo INMETRO, sendo rejeitados os classificados como linha popular ou econômica, devendo ser submetidas amostras à aprovação da FISCALIZAÇÃO antes do seu emprego.
- III. A contratada deverá atender todas as demandas da CONTRATANTE para a execução dos serviços de manutenção predial e reformas, que serão solicitadas mediante a emissão de ordens de serviços (OS) levando em consideração a natureza e/ou especialidade do serviço ou solicitação do gestor/fiscal da contratação e poderão ser precedidas,

ou não, de proposta de orçamento, solicitada previamente à contratada.

- IV. O período para execução dos serviços de manutenção predial será, em regra, de **segunda à sexta-feira das 08:00 às 17:00 horas**, contudo, considerando a natureza do serviço ou impossibilidade de execuções nesse período ou horário, a critério do gestor/fiscal, os serviços poderão ser executados em horários diversos, nos finais de semana, feriados ou no período noturno.
- V. Os serviços de manutenção somente serão iniciados mediante emissão prévia de Ordem de Serviço (OS), **conforme o modelo do ANEXO VIII (0400714)** e, apresentação pela contratada de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).
 - A. A ART deve ser apresentada à contratante devidamente REGISTRADA, em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço.
 - B. O prazo de início dos serviços será contado da data da entrega da ART pela contratada.
 - C. A não apresentação injustificada da Anotação de Responsabilidade Técnica poderá ocasionar a rescisão do contrato, independentemente de ter a contratada iniciado a execução ou não.
- VI. A execução dos serviços relativos a cada OS será acompanhada por um ou mais profissional(is) designado(s) pelo CONTRATANTE para a fiscalização.
- VII. O cronograma de execução e o **prazo máximo para o início da execução** dos serviços pela contratada serão definidos separadamente para cada demanda e estabelecidos na OS.
- VIII. Os serviços realizados que impliquem em ônus extra à contratante e que não tenham sido autorizados e aprovados, serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à contratada qualquer alegação em contrário.
- IX. Os serviços somente serão considerados executados mediante o recebimento definitivo pelo Fiscal do Serviço e/ou Gestor da demanda.
- X. O recebimento e a aceitação dos serviços que compõem cada Ordem de Serviço dar-se-ão da seguinte forma:
 - A. **PROVISORIAMENTE:** em até 10 (dez) dias, contados da data da comunicação, por escrito, conforme modelo contido no **ANEXO VIII (0401133)** da conclusão dos serviços pela CONTRATADA, após a realização de vistoria pela Fiscalização.
 - B. **DEFINITIVAMENTE:** em até 20 (vinte) dias contados do RECEBIMENTO PROVISÓRIO, por escrito, conforme modelo contido no ANEXO IX (0401436) através de termo emitido pelo fiscal da demanda.
 - C. Se após o RECEBIMENTO PROVISÓRIO for identificada qualquer falha na execução, cuja responsabilidade seja atribuída à CONTRATADA, o prazo para a efetivação do RECEBIMENTO DEFINITIVO será interrompido, recomeçando sua contagem após o saneamento das impropriedades detectadas.
- XI. Independentemente da vigência da Ordem de Serviço, os serviços executados deverão ter garantia, sendo o prazo definido pela natureza da MANUTENÇÃO realizada, a saber:
 - A. MANUTENÇÃO PREDITIVA/PREVENTIVA: garantia mínima dos produtos e serviços de acordo com a periodicidade definida no Plano de Manutenção Predial elaborado pelo TRE (0400009).
 - B. MANUTENÇÃO CORRETIVA: garantia mínima de 5 (cinco) anos,

contados do RECEBIMENTO DEFINITIVO dos serviços, conforme disposto no Art. 618 do Código Civil (Lei n. 10.406/2002);

- C. Durante o prazo de garantia, a contratada ficará obrigada a reparar quaisquer defeitos relacionados à má execução dos serviços e ou materiais empregados na execução, sempre que houver solicitação, e sem ônus para o contratante.
- D. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados, durante o período de garantia previsto para o serviço.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I. Indicar, imediatamente após o recebimento da Ordem de Serviço, o Responsável Técnico pelos serviços contidos na OS;
- II. Empregar, na execução dos serviços, pessoal devidamente qualificado;
- III. Empregar somente materiais novos, comprovadamente de primeira linha, de qualidade extra ou superior e certificados pelo INMETRO;
- IV. Gerir a mão de obra necessária para a realização dos serviços, inclusive de eventuais subcontratadas.
- V. Designar **Preposto**, por meio de Carta de Preposição, com amplos poderes para representá-la formalmente durante a prestação dos serviços, em todos os assuntos operacionais e administrativos relativos ao objeto:
 - A. O Responsável Técnico poderá acumular a posição de Preposto da CONTRATADA;
 - B. A Carta de Preposição deverá conter ainda endereços, telefones (fixo e celular) e telefax para contato com a CONTRATADA e com o PREPOSTO;
 - C. O preposto deverá atender às ordens de serviço emitidas pelo CONTRATANTE dentro do prazo estipulado.
- VI. Submeter à CONTRATADA, por escrito, solicitação de retirada de quaisquer equipamentos de suas dependências, bem como proceder a sua devolução, no prazo fixado pela CONTRATANTE.
- VII. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, disponibilizando todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários e aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da Lei n. 8.666/93..
- VIII. Manter Encarregado-Geral no local onde será executado o serviço, durante sua execução, para orientar, coordenar, acompanhar, supervisionar e dar ordens ao contingente alocado e resolver quaisquer questões pertinentes à execução do serviço, para correção de situações adversas e para o atendimento das solicitações da Fiscalização.
- IX. Reconstituir todas as partes danificadas em virtude da execução dos serviços, incluindo lajes, paredes de gesso e alvenaria, forros de gesso e madeira, esquadrias, divisórias, pisos e revestimentos, de forma a restaurar a condição anterior à intervenção da CONTRATADA.
- X. Substituir, sempre que exigido pela CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios.
- XI. Responder por danos, avarias e desaparecimento de bens materiais,

causados à CONTRATADA ou a terceiros, por seus prepostos ou empregados, em atividade nas dependências da CONTRATANTE, desde que fique comprovada a responsabilidade, nos termos do Artigo 70, da Lei nº 8.666/93.

- XII. Executar os serviços de forma a produzir o máximo de resultados, com o mínimo de transtorno para a CONTRATANTE, devendo, para tanto programar a sua execução em conjunto com a Fiscalização, podendo isso ser realizado em finais de semana e feriados.
- XIII. Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir todas as normas de segurança e prevenção de acidentes no desempenho de cada etapa dos serviços;
- XIV. Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir legislação municipal do local onde o serviço esteja sendo prestado, no que tange a gestão dos resíduos sólidos;
- XV. Manter-se atualizada dos normativos que regulam a prestação de serviços de manutenção predial nas esferas Federal, Estadual e Municipais, incluindo eventuais novas regulamentações;
- XVI. Manter vínculo empregatício com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes. A inadimplência da CONTRATADA para com estes encargos, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto da demanda.
- XVII. Assumir total responsabilidade pelo controle de frequência, disciplina e pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, inclusive as decorrentes de acidentes, indenizações, multas, seguros, pagamentos a fornecedores diretos, normas de saúde pública e regulamentadoras do trabalho (NR), assim como pelo cumprimento de todas as demais obrigações atinentes à demanda.
- XVIII. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE.
- XIX. Proceder à limpeza e retirada de entulhos dos locais de trabalho, após a execução de serviços.
- XX. Dar ciência à Fiscalização, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do serviço.
- XXI. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos que forem por ela solicitados, cujas reclamações obriga-se a atender prontamente.
- XXII. Fornecer, no ato da entrega da Nota Fiscal, relatório técnico escrito, assinado pelo Responsável Técnico, sobre os serviços prestados, contendo no mínimo, as seguintes informações:
 - A. Descrição dos serviços realizados.
 - B. Descrição de quaisquer anormalidades/dificuldades constatadas no decorrer da execução dos serviços.
- XXIII. Informar à Fiscalização, para efeito de controle de acesso às suas dependências, o nome, os respectivos números da carteira de identidade e da matrícula de todos os empregados a serem alocados na prestação do serviço, inclusive daqueles designados pela CONTRATADA para exercer atribuições de supervisão, coordenação e controle operacional em relação ao contingente alocado no TRE-RO.
- XXIV. Assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em

ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho do serviço da demanda ou em conexão com eles.

- XXV. Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do art. 55, inc. XIII, da Lei n. 8.666/1993, inclusive as condições de cadastramento no SICAF, o qual será observado mensalmente, quando dos pagamentos à CONTRATADA.
- XXVI. Fornecer, além do uniforme, equipamentos de proteção individual – EPI a todos os empregados cujas atividades os exijam por normas de segurança em vigor.
- XXVII. Garantir que os prestadores de serviço estejam sempre devidamente identificados e utilizando os equipamentos de proteção individual – EPI;
- XXVIII. Arcar com o transporte e deslocamento de todo o material necessário à execução dos serviços.
- XXIX. Zelar, guardar e proteger os materiais e ferramentas utilizados nas execuções, mesmo quando depositados em ambiente do CONTRATANTE;
- XXX. Não vincular sob hipótese alguma, o pagamento dos salários de seus empregados ao pagamento efetuado pelo CONTRATANTE.
- XXXI. Apresentar, por ocasião da execução dos serviços a serem prestados ao CONTRATANTE, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente registrada junto ao CREA, conforme Art. 127, § 4º, Lei n. 13.309 de 09 de agosto de 2010:

Art 127, § 4º, Lei 12.309 de 09 de agosto de 2010.

"Deverá constar do projeto básico a que se refere o art. 6º, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 1993, inclusive de suas eventuais alterações, a anotação de responsabilidade técnica pelas planilhas orçamentárias, as quais deverão ser compatíveis com o projeto e os custos do sistema de referência, nos termos deste artigo"

Realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome.

- XXXII. Realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome.
- XXXIII. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades contratadas, sem a prévia autorização da CONTRATADA.
- XXXIV. Cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal/1988:

"XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos."

- XXXV. Os serviços deverão ser executados por **mão-de-obra devidamente qualificada e regularmente contratada, conforme as normas trabalhistas aplicáveis**. Deverão obedecer rigorosamente às instruções contidas neste Termo de Referência, bem como às contidas nas disposições legais cabíveis que dispuserem sobre conservação de fachadas, sobre gotejamento irregular de aparelhos de ar condicionado, nos Decretos Estaduais que regulamentem o Código de Segurança contra Incêndio e Pânico, bem como nas Leis Estaduais que dispuserem sobre instalação de pára-raios, que dispuserem sobre limpeza e higienização dos reservatórios de água, e na Lei que dispuser sobre limpeza e inspeção de ar condicionado,

entre outras.

- XXXVI. A CONTRATADA deverá cumprir, rigorosamente, o Código Civil, as Normas Técnicas da ABNT, as Normas de Medicina e Segurança do Trabalho e demais normas legais e regulamentares pertinentes aos serviços executados.
- XXXVII. A CONTRATADA deverá fornecer todas as ferramentas e os equipamentos a serem utilizadas nas atividades de manutenção predial e reformas.
- XXXVIII. A CONTRATADA deverá prestar o serviço no tempo, lugar e forma estabelecidos na Ordem de Serviço.
- XXXIX. A CONTRATADA deverá elaborar e apresentar um cronograma de manutenções preventivas para o período de 12 (doze) meses, com base no **Plano de Manutenção Predial (ANEXO IV (0400009))**, em até 15 (quinze) dias após a assinatura do CONTRATO.
 - A. A apresentação do CRONOGRAMA não implica a automática expedição de Ordem de Serviço para sua execução. A execução dos serviços constantes do plano deverá sempre ser precedida de Ordem de Serviço específica, obedecidas as regras contidas no item "DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO SERVIÇO", item VII do Capítulo 11 deste TR.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.
- II. Acompanhar e fiscalizar a execução da Ordem de Serviço por meio de um representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei n. 8.666/1993.
- III. Notificar, por escrito, à contratada, na ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
- IV. Oferecer todas as informações e esclarecimentos necessários para que a Contratada possa executar os serviços dentro das especificações.
- V. Não permitir execução de tarefas em desacordo com as normas preestabelecidas e rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que sejam executados em desacordo com a Ordem de Serviço, aplicando as penalidades cabíveis.
- VI. Ceder à CONTRATADA, quando necessário, espaço para execução dos serviços, ficando a CONTRATADA responsável pelo seu zelo e posterior desocupação, nas mesmas condições que lhe foi cedido.

14. DO PAGAMENTO

- I. Será observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93;
- II. No ato do pagamento a CONTRATADA deverá estar em situação de regularidade perante a Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Justiça do Trabalho e do CNJ.
- III. A regularidade fiscal da CONTRATADA poderá ser certificada mediante consulta ao SICAF.
- IV. Desobriga-se o CONTRATANTE a efetuar o pagamento sem atestação e emissão de Nota Técnica pelo fiscal/gestor designado pelo CONTRATANTE para acompanhamento e fiscalização dos serviços, ou apresentada em desacordo com os valores constantes de sua proposta de preços, ou que contenham rasuras ou erros materiais;
- V. A CONTRATADA deverá apresentar junto com a Nota Fiscal dos serviços, os comprovantes de quitação de impostos e taxas que

porventura incidam sobre a presente contratação.

- VI. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.
- VII. O pagamento, quando houver reajuste, revisão ou reequilíbrio, far-se-á por meio de dois tipos de faturas, sendo uma principal, correspondente aos preços iniciais, e outra suplementar, relativa ao valor do reajustamento devido.
- VIII. A CONTRATADA deverá apresentar uma nota fiscal para cada município no qual preste o serviço que estará sujeita aos tributos Federais, Estaduais e Municipais, conforme o caso.
- IX. Será realizado 01 (um) pagamento a cada 30 (trinta) dias, referente aos serviços já concluídos, para as Ordens de Serviço com prazo de execução superior a 60 (sessenta) dias. Nas demais Ordens de Serviço será realizado apenas um pagamento ao final da execução total dos serviços.
 - A. Considera-se, para todos os fins, serviços concluídos aqueles nos quais todas as etapas pertinentes já foram realizadas. Apenas a título de exemplo cita: se o serviço refere-se a manutenção na rede elétrica com substituição de 20 metros de cabos e somente foram substituídos 10 metros, mesmo que ultrapassado o período de 30 (trinta) dias, o serviço não será considerado concluído.
- X. O pagamento será realizado após aprovação dos serviços executados, realizada pelo(s) fiscal(is) designado(s) especificamente para acompanhar e fiscalizar os itens da Ordem de Serviço.
- XI. Os serviços não realizados, ou realizados em desconformidade, serão glosados até que sejam efetivamente efetivados;
- XII. Os pagamentos serão feitos mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras - através do Banco do Brasil S/A, em favor da CONTRATADA, na conta corrente indicada na proposta, devendo, para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número de conta corrente em que deverá ser efetivada o crédito, o qual ocorrerá até 10 (dez) dias corridos após a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal da Ordem de Serviço. **Em todos os pagamentos o contratante fará as retenções tributárias legais.**
- XIII. Para os eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de qualquer forma para tanto, fica convencionada a taxa de compensação financeira devida entre a data contratual de pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$M = I \times N \times VP$	<p>Onde:</p> <p>EM = Encargos moratórios;</p> <p>N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;</p> <p>VP = Valor da parcela a ser paga.</p> <p>I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:</p> <p>$I = ((TX)/365) \quad I = ((6/100)/365) \quad I = 0,00016438$</p> <p>TX = Percentual da taxa anual = 6%.</p>
----------------------------	---

- XIV. A eventual compensação financeira anteriormente mencionada será incluída em nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.
- XV. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e serem submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que decidirá acerca da eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

15. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- I. A gestão do contrato ficará a cargo do Chefe da Seção de Manutenção Predial, ou seu substituto legal, conforme disposto nos artigos 22 a 29 da IN/TRE-RO n. 004/2008.
- II. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, definido especificamente para cada Ordem de Serviço, ao qual competirá, além das atribuições definidas na IN/TRE-RO n. 004/2008, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da Ordem de Serviço.
- III. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n. 8.666, de 1993.
- IV. O fiscal da Ordem de Serviço anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da demanda, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- V. Poderá ainda ser designado para cada Ordem de Serviço, conforme o caso, servidor responsável pelo local onde o serviço será prestado, para atuar como FISCAL LOCAL, acompanhando os trabalhos e reportando ao FISCAL as ocorrências pertinentes e dúvidas oriundas da CONTRATADA.

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- I. Com fundamento no Art. 7º da Lei n. 10.520/02, poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, e será descredenciada no SICAF, se for o caso, sem prejuízos das multas previstas neste Termo de Referência e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n. 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante/contratada que:
 - A. Deixar de entregar a documentação exigida no Edital;
 - B. Convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar a Ata de Registro de Preço;
 - C. Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
 - D. Ensejar o retardamento da execução do objeto da Ordem de Serviço;
 - E. Não manter a proposta, injustificadamente;
 - F. Falhar ou fraudar na execução da Ordem de Serviço;
 - G. Comportar-se de modo inidôneo;
 - H. Cometer fraude fiscal.

- II. O descumprimento injustificado das obrigações firmadas em contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa sujeita a contratada a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei n. 8.666/93, na forma seguinte:
- A. Atraso injustificado na **execução ou entrega dos serviços até 10 (dez) dias: multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso**, aplicada sobre valor global do respectivo serviço/demanda, limitado a 5% (cinco por cento) desse valor.
 - B. Atraso injustificado na **execução ou entrega dos serviços por prazo superior a 10 (dez) dias: aplicação da multa moratória de 1,0% (um por cento), a partir do 10º dia de atraso, podendo caracterizar a inexecução total ou parcial** do contrato e aplicação das sanções definidas neste capítulo e, ainda, a rescisão do contrato.
 - C. Atraso injustificado das **demais obrigações contratuais**, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato:
 - i. Até 2 (dois) descumprimentos: multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor total do contrato;
 - ii. De 3 (dois) a 5 (cinco) descumprimentos, multa de 4% (quatro por cento) apurada sobre o valor total do contrato;
 - iii. Sem prejuízo de aplicação das multas, a ocorrência de descumprimentos superiores a 5 (cinco) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.
- III. Pela **inexecução total ou parcial do objeto do contrato**, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:
- I. Advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;
 - II. Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato/ordem de execução dos serviços nas situações de inexecução total ou parcial do objeto, podendo ser fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;
 - III. Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
 - IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior.
- IV. Além dos outros descumprimentos passíveis de sanção, a recusa injustificada da contratada em reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, no todo ou em parte, os serviços em que se verifiquem imperfeições, vícios ou incorreções, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, por sua gravidade, caracteriza a inexecução parcial ou total do contrato com aplicação das penalidades previstas no neste capítulo.
- V. Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste termo de referência como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato,

poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

- VI. O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o recebimento efetivo dos serviços prestados e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário**).
- VII. A multa eventualmente imposta ao CONTRATADO será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário**).
- VIII. Quando o valor do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei n. 6.830/80**).
- IX. As multas não eximem o CONTRATADO da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.
- X. O procedimento para aplicação de sanções ao CONTRATADO observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A CONTRATADA será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

17. ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES

- I. As dúvidas, quanto aos conteúdos e especificações contidos neste Termo de Referência serão esclarecidas pelos servidores da Seção de Manutenção Predial - SEMAP, Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, ou através dos telefones (69) 3211-2028/2119/2072, ou ainda, pelo e-mail semap@tre-ro.jus.br.

18. RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TR

- I. As especificações do objeto, dentre outros aspectos técnicos, foram fornecidas pelo servidor André Pimentel, da Seção de Manutenção Predial, sob supervisão e acordo diretos do Chefe da SEMAP;
- II. As demais regras do Projeto básico foram elaboradas pelo servidor Michel Andrade do Nascimento, sob supervisão e acordo diretos do Chefe da SEMAP.

19. ANEXOS:

- I. TABELA DE SERVIÇOS E INSUMOS (0400004);
- II. MODELO DE PROPOSTA (0400006);

- III. DETALHAMENTO DO BDI (0400007);
- IV. PLANO BÁSICO DE MANUTENÇÃO (0400009);
- V. DECLARAÇÃO DE VISITA (0400012);
- VI. DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE E PREPOSTO (0400013);
- VII. MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO (0400714);
- VIII. TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO (0401133);
- IX. TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO (0401436);
- X. VALOR ESTIMADO PARA MANUTENÇÃO (0403205).

Em 09 de abril de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PIMENTEL, Técnico Judiciário**, em 10/04/2019, às 08:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MICHEL ANDRADE DO NASCIMENTO, Técnico Judiciário**, em 12/04/2019, às 17:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FRANK BUSATTO, Chefe de Seção**, em 16/04/2019, às 07:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0404671** e o código CRC **9FEB3FCA**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-
ro.jus.br

PROCESSO: 0000914-41.2019.6.22.8000

INTERESSADO: COSEG/SAOFC

ASSUNTO: Minutas de Edital - análise - SRP - **contratação de empresa especializada em serviços comuns de manutenção predial com fornecimento de peças, materiais e mão-de-obra.**

PARECER JURÍDICO Nº 0421943 / 2019 - PRES/DG/AJDG

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo inaugurado pela Seção de Manutenção Predial - SEMAP com fim de formação de registro de preço para serviços de manutenção predial preventiva e corretiva nos imóveis utilizados pela Justiça Eleitoral de Rondônia na capital e no interior do Estado, consoante Termo de Abertura (0399583).

02. O pleito foi objeto de análise preambular desta Assessoria, por meio do Parecer Jurídico AJDG 0412312, oportunidade na qual a Assessoria Jurídica, embora tenha sugerido a aprovação do TR (0306749), apontou tópicos a serem aperfeiçoados neste documento. Ainda, sugeriu-se a viabilidade na formação de registro de preços, com fundamento no art. 15, II, da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Federal nº 7.892/2013 e adotado no âmbito deste Tribunal pela Resolução TRE/RO nº 01/2006, para contratação pretendida, por meio processo licitatório, na **modalidade pregão, na forma eletrônica**, nos termos da Lei n. 10.520/02 e art. 4º do Decreto Federal n. 5.450/05, observado a **inaplicabilidade do regime de exclusividade** na participação de ME/EPP's, bem como a divulgação dos preços estimados (Acórdão TCU nº 392/2011 - Plenário).

03. Em atendimento ao Despacho nº 4539/2018 - PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC, no qual o Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade determinou a SEMAP a realização das recomendações contida no Parecer supracitado, o Chefe da SEMAP juntou novo TR (0320811) e informou as suas alterações na Remessa acostada no evento 0320998. Destaca-se que o ajuste apontado no item 53 do Parecer Jurídico não foi cumprido, pois as Resoluções são direcionadas ao âmbito interno da Justiça, bem como a unidade técnica solicitou a divulgação dos valores estimados, haja vista que se trata de sistema de registro de preço baseadas na Tabela do Sistema SINAPI para Rondônia e no Plano Básico de Manutenção.

04. Sobrevido a manifestação do Secretário da SAOFC (Manifestação n. 721/2019-GABSAOFC 0413762), a Diretora Geral da Secretaria deste Tribunal aprovou o TR n. 25 (0404671) e autorizou a licitação

pretendida, conforme Decisão n. 2012/2019-GABDG (0414706), **nos moldes sugeridos.**

05. Encaminhado os autos a SAOFC para prosseguimento dos procedimentos relativos à contratação pretendida, a Seção de Contratos - SECONT, juntou aos autos a minuta da contratação no evento 0415928.

06. Por sua hora, recepcionado os autos na Seção de Licitações e Compras - SLC, este setor diligenciou junto a unidade técnica a fim de que sejam apresentadas as razões para a ausência de cota para trabalhadores oriundos ou egresso do sistema prisional, considerando o valor da futura contratação, consoante Solicitação SLC 0418150.

07. Em virtude dessa Solicitação de Diligência, a SEMAP juntou sua resposta no evento 0418279, oportunidade na qual expõe a impossibilidade do atendimento pelas peculiaridades da contratação, e elenca algumas razões, nas quais destacamos a constante na letra “d” da citada resposta, vejamos:

*(...) **d)** Embora o valor total estimado do contrato seja superior ao previsto no regulamento, suas peculiaridades não recomenda a adoção das regras de aproveitamento de mão de obra oriunda do sistema prisional. Isso porque se trata de um contrato com valor estimado, não de um serviço certo e determinado, com a execução fracionada de acordo com as demandas da Administração. A execução ocorrerá por meio de ordens de serviços de valores inferiores a R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais). Além disso, prevê-se que o número de profissionais de nível superior demandados para a execução dos serviços não excederá a cinco, realidade que inviabiliza a aplicação do percentual de 3% fixado no art. 6º inciso I do Decreto n. 9.450/2018.*

08. Por fim, a SLC juntou cópias da Portaria n. 143/2005, que instituiu o Pregão Eletrônico no âmbito deste Tribunal, da Portaria n. 1059/2018, que designou pregoeiros Oficiais deste Tribunal e a Equipe de Apoio, pelo período de um ano, e da Resolução TRE-RO nº 01/2006, que implantou neste Regional o SRP (0418889), bem como a minuta do instrumento convocatório (0418891). Após, remeteu os autos a esta Assessoria Jurídica (0418892), para análise e manifestação quanto à aplicabilidade ou não das regras contidas no art. 40, § 5º, da Lei 8.666/93 c/c art. 5º do Decreto 9.450/18, referente à reserva de cota para trabalhadores oriundos ou egressos do sistema prisional, uma vez que tal informação não constou no Termo de Referência 25 (0404671). **É o necessário relato.**

II - ANÁLISE JURÍDICA

09. Preliminarmente, importante lembrar que a análise a seguir empreendida limita-se aos aspectos legais envolvidos no procedimento em exame, notadamente aqueles **previstos na Lei n. 8.666/93 em seu art. 40, na Lei n. 10.520/02 e no art. 4º do Decreto n. 5.450/05**, bem como a inserção das demais regras gerais e específicas aplicáveis à licitação, **não** cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida.

2.1 DA APLICAÇÃO DO DECRETO 9.450/2018 NO FUTURO CERTAME

10. Aduz a **SLC** - Seção de Licitações e Compras que o Termo de Referência não possui cláusula que obrigue a futura contratada à reserva de cota para trabalhadores oriundos ou egressos do sistema prisional (art. 40, §

5º, da Lei 8.666/93 c/c art. 5º do Decreto 9.450/18), razão pela qual solicitou a manifestação da unidade demandante (0418150). Em resposta, a unidade demandante informa que considerou **não ser viável a aplicabilidade** do regramento em questão, elencando seus motivos no evento 0418279.

11. De primeiro, o tipo de contratação ora em análise não torna viável a aplicação do Decreto Federal nº 9.450/18, qual seja, **FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO** de empresa especializada na prestação de serviços comuns de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, materiais e mão de obra, ou seja, trata-se aqui de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**.

12. A AGU - Advocacia-Geral da União teve oportunidade de enfrentar questão acerca do alcance do Decreto nº 9.450/2018 e exarou o **PARECER N. 00002/2018/CPLCA/CGU/AGU**, de 29 de novembro de 2018, da lavra da Comissão Permanente de Licitação e Contratos Administrativos, com o seguinte posicionamento acerca da reserva de vagas apenas para serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, vejamos:

4. DA RESERVA DE VAGAS APENAS PARA SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA.

89. Conforme se depreende do art. 6º do Decreto 9450, de 2018, a reserva de vagas se dará na proporção do número de trabalhadores que forem utilizados para a realização do serviço contratado, indicando que a Pnat é voltada para os serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.

90. A Instrução Normativa SEGES nº 05, de 26 de maio de 2017, no seu art. 17 bem caracterizou os serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra prestados para a Administração Pública Federal, cabendo trazer o referido dispositivo à colação:

Art. 17. Os serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra são aqueles em que o modelo de execução contratual exija, dentre outros requisitos, que:

I - os empregados da contratada fiquem à disposição nas dependências da contratante para a

prestação dos serviços;

II - a contratada não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação

para execução simultânea de outros contratos; e

III - a contratada possibilite a fiscalização pela contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

Parágrafo único. Os serviços de que trata o caput poderão ser prestados fora das dependências do órgão ou entidade, desde que não seja nas dependências da contratada e presentes os requisitos dos incisos II e III.

91. Nos serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra, por sua vez, não haverá a presença física do empregado da empresa contratada nas dependências da Administração, nem mesmo a disponibilidade deste empregado para a Administração.

92. Essa definição é fundamental para permitir a adequada reserva de vagas para o Pnat, uma vez que não se mostra adequada para as contratações sem dedicação exclusiva de mão de obra, já que, como não haverá qualquer trabalhador destacado para a execução do serviço objeto do contrato, a operação matemática para aplicar o art. 6º do Decreto 9450, de 2018, terá resultado igual a zero.

93. Essa impossibilidade prática foi bem apontado pelo professor Ronny Charles, ao destacar que os percentuais definidos no artigo 6º do Decreto definem proporções a serem aplicadas em relação aos funcionários utilizados na execução do contrato. Em uma contratação de serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, esta proporção fica prejudicada, justamente pela indefinição ou desvinculação de um número determinado de profissionais, específica e exclusivamente àquela contratação (TORRES, Ronny Charles Lopes de. Contratos administrativos e cotas para mão de obra oriunda ou egressa do sistema prisional, site: <https://jus.com.br/artigos/70187/contratos-administrativos-e-cotas-para-mao-de-obra-oriunda-ou-egressa-do-sistema-prisional/2>, consulta em 13/11/2018).

94. Não obstante, cumpre registrar que no art. 7º da Portaria Interministerial MPS-MDH nº 3, de 11 de setembro de 2018, consta a previsão de que também para os serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra, dispositivo este que, pela sua importância, merece ser colacionado:

Art. 7º. Na contratação dos serviços que não exijam aplicação do regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do que trata o art. 17 da Instrução Normativa SEGES/MPOG nº 05, de 26 de maio de 2017, a contratada deverá aplicar os percentuais dispostos no art. 6º do Decreto nº 9450, de 2018 conforme a quantidade de funcionários alocados na prestação dos serviços contratados com os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Parágrafo único. Para cumprimento do disposto no caput, as empresas contratadas deverão apresentar relação de profissionais envolvidos na prestação dos serviços.

95. Percebe-se que o art. 17 da IN SEGES nº 05, de 2017, acima transcrito, trata dos serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, e a sua utilização pela portaria interministerial n. 3 serve apenas para buscar um conceito por exclusão, mas que não ajuda na implementação do dispositivo, e vai contra a própria sistemática do Decreto n. 9450, de 2018, que trabalha com reserva de vagas para a execução do serviço.

96. O parágrafo único do art. 7º da portaria interministerial n. 3, de 2018, acaba gerando uma obrigação impossível, pois tenta de alguma forma obter dados que permitam a reserva de vagas, impondo que a empresa contratada apresente a relação de profissionais que irão prestar o serviço, mas nos serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra não há designação específicas de pessoas para execução do serviço, não havendo como a empresa contratada apresentar qualquer relação de empregados alocados para a prestação do serviço.

97. A impossibilidade material de realizar determinada ação, o não estar em condições de cumpri-la, o não possuir os meios indispensáveis para sua realização, ou ainda, o não ter força coercitiva necessária para efetua-la significa não ter o dever de realizá-la. Essa é a consagração do brocardo *ad impossibilia nemo tenetur*, segundo o qual ninguém pode ser obrigado a fazer o impossível.

98. Dessa forma, não há aplicação da reserva de vagas com base no Decreto 9.450, de 2018, nos contratos sem dedicação exclusiva de mão de obra.

13. Por outro giro, do ponto de vista jurídico, a não aplicação da contratação de pessoa presa ou egressa do sistema prisional encontra legitimidade prevista no § 4º do art. 5º do mesmo Decreto, o qual excepciona de seu âmbito de incidência os casos, devidamente justificados, em que a utilização da mão de obra de presos ou egressos do Sistema Prisional se mostre inviável para a administração.

1 4 . Nesse contexto, o **PARECER N. 00002/2018/CPLCA/CGU/AGU**, que aborda amplamente o assunto, tem como uma de suas conclusões que *“não há condições normativas, por ora, particularmente pela falta de parâmetros objetivos, para a efetivação da Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional - Pnat pela reserva de vagas nas contratações públicas federais, motivo pelo qual os gestores poderão invocar o disposto no § 4º do art. 5º do Decreto 9.450, de 2018, para justificar a inviabilidade da contratação de pessoa presa ou egressa do sistema prisional”*.

15. Dessa forma, e em resposta a indagação da SLC no evento 0418892, esta AJDG entende pela **inaplicabilidade** das regras contidas no art. 40, § 5º, da Lei 8.666/93 c/c art. 5º do Decreto 9.450/18, referente à reserva de cota para trabalhadores oriundos ou egressos do sistema prisional, considerando que a pretensa contratação elege uma prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra.

2.1 DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

16. Observa-se que a **minuta de Edital de Pregão Eletrônico** juntada aos autos (**0418891**) contemplou as regras gerais e específicas aplicáveis à contratação. Bem como, verificam-se satisfeitos os

requisitos da Lei n. 8.666/93, notadamente em seu art. 40, e da Lei n. 10.520/02, esta última regulamentada pelo Decreto Federal n. 5.450/05.

17. As propostas e os lances serão ofertados pelo menor preço **POR ITEM**, obtido por meio de oferta de **MAIOR DESCONTO**, sob o regime de **EMPREITADA POR VALOR GLOBAL - itens, 1.1, 5.2 e 7.1.1 do Edital**.

18. Há destaque quanto à comprovação de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, (subitens 9.1, 9.2. e 9.5), bem como ao cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal, constante no item 9.1, letra “e”, via declaração firmada pela licitante, a qual deverá ser enviada pela mesma através do próprio Sistema Eletrônico do COMPRASNET.

19. Assinala-se que na elaboração do instrumento, especificamente no **item 10.1**, o registro de prazo razoável de **02 (duas) horas** a partir da solicitação do Pregoeiro para o envio de documentação referente à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, nos termos da Instrução Normativa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG nº 1, de 26 de março de 2014.

III - CONCLUSÃO

20. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da **minuta de Contrato (0415928)** e da **minuta do Edital e Anexos (0418891)**, na medida em que esses instrumentos estão aptos a desencadear a fase externa do certame competitivo, consoante dispõe o parágrafo único do artigo 38 da Lei Geral de Licitações e Contratos.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 06/06/2019, às 16:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0421943** e o código CRC **6A41658D**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000914-41.2019.6.22.8000

INTERESSADO: COSEG/SAOFC

ASSUNTO: **Análise final de processo licitatório - Pregão Eletrônico n. 09/2019**
FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS, por meio de pregão eletrônico, para eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE MANUTENÇÃO PREDIAL, com fornecimento de peças, materiais e mão de obra. **Análise recursal** - Empresa Recorrente: **COSNTRUMIX - CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA**, CNPJ n. 10.609.553/0001-08.

PARECER JURÍDICO Nº 0432214 / 2019 - PRES/DG/AJDG

I - DO RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo inaugurado pela Seção de Manutenção Predial - SEMAP com fim de formação de registro de preço para serviços de manutenção predial preventiva e corretiva nos imóveis utilizados pela Justiça Eleitoral de Rondônia na capital e no interior do Estado, consoante Termo de Abertura (0399583).

02. A minuta de Edital de Pregão Eletrônico juntada ao evento 0418891, foi objeto de análise desta AJDG pelo Parecer Jurídico AJDG 0421943, recebendo sua aprovação juntamente com seus anexos, consoante dispõe o parágrafo único do artigo 38 da Lei Geral de Licitações e Contratos.

03. Realizadas as fases interna e externa do certame, o Edital de Pregão Eletrônico nº **09/2019**, evento 0422078, teve seu extrato publicado no Diário Oficial da União, no Diário da Justiça Eleitoral e no Jornal "A Gazeta de Rondônia". A íntegra do referido edital foi disponibilizada no portal de compras do Governo Federal - Comprasnet e nos sítios eletrônicos deste Tribunal. O extrato do aviso da licitação foi afixado no quadro de avisos localizado no átrio do edifício sede deste TRE/RO. Todas as publicações supramencionadas foram juntadas no Sistema SEI, conforme evento n. 0423481.

04. Foi registrado apenas 01 (um) pedido de esclarecimento e nenhum de impugnação ao Edital.

05. Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) o relatório de propostas do sistema COMPARASNET (evento 0426463);

b) proposta da empresa participante do certame - **CIRCUITOS ENGENHARIA DE AUTOMAÇÃO E CONTROLE LTDA, CNPJ n. 21.366.809/0001-01**, solicitação de esclarecimentos da SLC e manifestação da unidade técnica - SEMAP (0426467 e 0426622);

c) anexos de propostas contendo alguns ajustes e informações quanto a insumos (0426790, 0426791 e 0426793), solicitação de esclarecimentos da SLC e manifestação da unidade técnica - SEMAP (0426796 e 0426802);

d) documento de habilitação da empresa **CIRCUITOS ENGENHARIA DE AUTOMAÇÃO E CONTROLE LTDA, CNPJ n. 21.366.809/0001-01** (0426853, 0426855 e 0426858), solicitação de esclarecimentos da SLC e manifestação da unidade técnica - SEMAP (0426860 e 0427102);

e) Ata do Pregão (evento 0427366) com declaração de habilitação da empresa **CIRCUITOS ENGENHARIA DE AUTOMAÇÃO E CONTROLE LTDA, CNPJ n. 21.366.809/0001-01**;

f) Resultado por fornecedor (evento 0427367);

g) recurso apresentado pela empresa **CONSTRUMIX - CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA., CNPJ nº 10.609.553/0001-08** (evento 0428931);

h) contrarrazões ao recurso pela empresa declarada habilitada **CIRCUITOS ENGENHARIA DE AUTOMAÇÃO E CONTROLE LTDA, CNPJ n. 21.366.809/0001-01** (evento 0430308) e documento anexo (0430802) e,

j) decisão do Pregoeiro em relação ao recurso interposto (evento 0430806).

06. O Pregoeiro apresenta seu relatório com a síntese de todo o procedimento licitatório, e demanda a autoridade superior a adjudicação e homologação do certame (0430840). Por último, os autos foram remetidos a esta AJDG para análise do certame. **É o relatório.**

II - DA ANÁLISE JURÍDICA

07. Passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as principais ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

I - Pedido de esclarecimentos e impugnação ao Edital: Houve uma solicitação de esclarecimentos devidamente respondida pelo pregoeiro (eventos 0424502, 0424504, 0424585 e 0426461).

II - Desclassificação da proposta de forma sumária - item 6.2 do edital: Não houve.

III - Lances: Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET (0407028), na Ata de Realização do Pregão Eletrônico n. 09/2019 (0427366). Não houve recusa de lances.

IV - Item deserto: Não houve.

V - Cancelados na aceitação: Não houve.

VI - Aceitação/negociação: Nesta fase, o Pregoeiro negocia com as licitantes, via Sistema Eletrônico - *chat* -, a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de obter preço ainda melhor, observado o critério de julgamento. Na negociação e aceitação o licitante aceitou reduzir o valor de sua proposta. Aceite individual da proposta pelo melhor lance de **R\$ 4.424.127,37** e com **valor negociado a R\$ 3.383.028,44**.

VII - Fase de Habilitação: Diante da existência de recurso a adjudicação do objeto caberá a autoridade superior.

VIII - Recurso: O recurso foi conhecido ante o preenchimento dos pressupostos recursais, e no mérito pelo não acolhimento visto que o recorrente não comprovou o desatendimento da proposta vencedora às exigências do edital, portanto deixou de acolher o pedido, posto que improcedente.

Andou bem o Sr. Pregoeiro em sua decisão (0430806), pois mesmo a empresa recorrente - **CONSTRUMIX - CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA.**, utilizando-se do seu *jus sperniandi*, mesmo assim, não apresentou razões plausíveis para frutificar suas alegações recursais, senão vejamos:

Em sua intenção de recurso, a empresa noticia que a empresa declarada vencedora deixou de atender as regras editalícias no que se refere a comprovação do objeto da licitação em seu ramo de atividade, registrado em seu ato constitutivo; que o balanço patrimonial apresentado pela vencedora é “suspeito”, pois possui apenas 14 páginas, quando deveria possuir pelo menos 50 e, que balanço Patrimonial é documento exigido por Lei e que, uma vez apresentado, mesmo não sendo expressamente ordenado pelo edital, vincula a obrigação de análise do mesmo, de modo análogo ao item 5.3 do edital.

Por se tratar de matéria de direito, entendo desnecessária a manifestação da unidade demandante.

Em suas contrarrazões, a vencedora informa, em síntese, que o balanço apresentado não foi exigido no instrumento convocatório e, mesmo que houvesse sido solicitado, não há qualquer mácula. Aduz, ainda, que o rol de atividades registrado em seu ato constitutivo contempla serviços de engenharia, o que abrange manutenção.

Vê-se que a decisão do Pregoeiro seguiu fielmente as regras editalícias em relação a solução dos fatos, do contrário correria o risco da ilegalidade e nulidade do procedimento licitatório.

Em análise ao recurso hierárquico interposto percebe-se que foram observados pelo Pregoeiro todos os pressupostos de admissibilidade, quais sejam, existência de um ato administrativo, legitimidade ativa, interesse de recorrer, fundamentação, momento próprio para a interposição e tempestividade.

Após a manifestação do licitante pela intenção de recorrer, não foi o caso de reconhecimento de algum equívoco, não houve juízo de retratação em relação a decisão atacada, o recurso foi recebido com efeito suspensivo e analisado pelo Pregoeiro.

Foi oportunizado a todos os licitantes interessados contraditar os termos das peças apresentadas, de forma a garantir a observância do devido processo legal e do contraditório, nos termos do inciso XVIII, artigo 4º, da Lei n. 10.520/02.

Sem reparos, a decisão do Pregoeiro.

De primeiro, quando a recorrente aduz que o ramo de atividades da empresa vencedora não abarca o objeto da licitação, contudo não apresenta comprovação do fato alegado em seu recurso, ou seja, o ônus da prova incumbe ao autor quanto ao fato constitutivo do seu direito, nos termos do artigo 373 da Lei 13.105/15 (CPC);

Em segundo, a empresa vencedora apresentou cópia da alteração contratual na qual consta como objeto social várias atividades, dentre as quais as atividades de **serviços** de engenharia e serviços de arquitetura (evento 0430802). O inciso II, do artigo 6º, da Lei 8.666/93, define claramente o conceito de **serviço**, e dentre as atividades arroladas na norma como serviço está a **manutenção**.

Como bem analisou o pregoeiro, *“caberia à recorrente trazer à lume a comprovação suficiente para afastar a comprovação apresentada pela vencedora, seja apresentado doutrina ou legislação, seja apresentado decisões judiciais ou das entidades fiscalizadoras ou mesmo outras formas de comprovações legalmente admitidas. Como a recorrente não apresentou qualquer comprovação, a simples demonstração de sua insatisfação ou discordância não possui força suficiente para reformar a decisão do Pregoeiro.”*

Em terceiro, no tocante as alegações da empresa **CONSTRUMIX - CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA.** sobre o **balanço patrimonial**, se o edital não exigiu tal documentação não poderia o pregoeiro a exigir, sob pena de descumprimento as regras editalícia.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas.

Dessa feita, em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas. É o que estabelecem os artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993, *verbis*:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor; grifos acrescidos

Trata-se, na verdade, de princípio inerente a toda licitação e que evita não só futuros descumprimentos das normas do edital, mas também o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame, tais como o da transparência, da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo.

A Corte de Contas observa que o **princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração e o licitante a observarem as regras e condições previamente estabelecidas no edital, vejamos o Acórdão TCU 4091/2012 - Segunda Câmara:**

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO. EXIGÊNCIA DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA EM PERCENTUAL MÍNIMO DE 50% PARA TODOS OS ITENS LICITADOS. ILEGALIDADE. ACEITAÇÃO DE ATESTADOS DOS VENCEDORES EM DESACORDO COM O PRÓPRIO EDITAL. MALFERIMENTO DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. APLICAÇÃO DE MULTA AOS RESPONSÁVEIS. DETERMINAÇÕES. PEDIDO DE REEXAME. CONHECIMENTO. NEGATIVA DE PROVIMENTO

III - CONCLUSÃO

08. Releva registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, fato que, ao final, não deixou de ser alcançado, pois em relação ao valor inicialmente estimado, o valor final apresentou certa vantagem, conforme quadro resumo apresentado no item IX do Relatório SLC 0430809.

09. Desse modo, **conclui-se que o procedimento transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública.

10. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei n. 8.666/93 e da legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

11. Por todo o exposto, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame** pela autoridade competente e pela **adjudicação do objeto em favor da empresa CIRCUITOS ENGENHARIA DE AUTOMAÇÃO E CONTROLE LTDA, CNPJ n. 21.366.809/0001-01, já que demonstrado nos autos condições para contratação com o setor público**, com fundamento no art. 4º, XXII da Lei n. 10.520/02.

12. Vale lembrar que, após a decisão da autoridade superior, os autos devem retornar ao Pregoeiro para adoção das providências de praxe, inclusive a juntada aos autos dos comprovantes de publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral.

À consideração da autoridade superior.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 08/07/2019, às 19:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0432214** e o código CRC **CCA67357**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000914-41.2019.6.22.8000

INTERESSADO: COSEG/SAOFC

ASSUNTO: **Análise recursal** - Empresa Recorrente: **CONSTRUMIX - CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA - Pregão Eletrônico n. 09/2019** - formação de registro de preços, por meio de pregão eletrônico, para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços comuns de manutenção predial, com fornecimento de peças, materiais e mão de obra.

DECISÃO Nº 337 / 2019 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de procedimento administrativo inaugurado pela Seção de Manutenção Predial - SEMAP com fim de formação de registro de preços para contratação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva nos imóveis utilizados pela Justiça Eleitoral de Rondônia, na capital e no interior do Estado, consoante Termo de Abertura (0399583).

Após a autorização, foi inaugurada a fase externa do processo licitatório com a publicação do Edital do Pregão Eletrônico n. 09/2019 (0422078). Realizado o certame, extrai-se da ata do pregão (0427366) que, em relação ao objeto, a melhor proposta foi apresentada pela licitante CIRCUITOS ENGENHARIA DE AUTOMAÇÃO E CONTROLE LTDA., no valor de R\$ 3.383.028,44 (três milhões, trezentos e oitenta e três mil vinte e oito reais e quarenta e quatro centavos).

Registrou-se o manejo de recurso pela empresa CONSTRUMIX - CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA., CNPJ 10.609.553/0001-08 (0428931). Em suas razões recursais aduz que a empresa declarada vencedora deixou de atender às regras editalícias no que se refere à comprovação do objeto da licitação em seu ramo de atividade registrado em seu ato constitutivo; que o balanço patrimonial apresentado pela vencedora é "suspeito", pois possui apenas 14 páginas quando deveria possuir pelo menos 50 (cinquenta) e, que é documento exigido por lei e que, uma vez apresentado, mesmo não sendo expressamente ordenado pelo edital, vincula a obrigação de sua análise, de modo análogo ao item 5.3 do edital.

Em suas contrarrazões a vencedora argui, em síntese, que o balanço apresentado não foi exigido no instrumento convocatório e, mesmo que tivesse sido solicitado, não há qualquer mácula. Aduz, ainda, que o rol de atividades registrado em seu ato constitutivo contempla serviços de engenharia, o que abrange manutenção.

O Pregoeiro seguiu fielmente as regras editalícias em relação a solução dos fatos (0430806). De primeiro, relatou que quando a recorrente aduz que o ramo de atividades da empresa vencedora não abarca o objeto da licitação, não apresenta comprovação do fato alegado em seu recurso, ou seja, o ônus da prova incumbe ao autor quanto ao fato constitutivo do seu direito,

nos termos do artigo 373 da Lei 13.105/15 (CPC);

Em segundo, a empresa vencedora apresentou cópia da alteração contratual na qual consta como objeto social várias atividades, dentre as quais as atividades de **serviços** de engenharia e serviços de arquitetura (evento 0430802). O inciso II do art. 6º da Lei 8.666/93 define claramente o conceito de **serviço e descreve a manutenção como tal**.

O Pregoeiro ainda dispõe que “caberia à recorrente trazer à lume a comprovação suficiente para afastar a comprovação apresentada pela vencedora, seja apresentado doutrina ou legislação, seja apresentado decisões judiciais ou das entidades fiscalizadoras ou mesmo outras formas de comprovações legalmente admitidas. Como a recorrente não apresentou qualquer comprovação, a simples demonstração de sua insatisfação ou discordância não possui força suficiente para reformar a decisão do Pregoeiro.”

Em terceiro, no tocante às alegações da empresa Recorrente sobre o **balanço patrimonial**, aduziu que, se o edital não exigiu tal documentação não poderia o Pregoeiro a exigir, sob pena de descumprimento das regras editalícias. Alegou que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas.

Por último, conheceu do recurso, no mérito manteve a decisão atacada e remeteu os autos à AJDG para análise do procedimento e, em atenção ao disposto no art. 109, § 4º, da Lei 8.666/93, encaminhou o recurso para a apreciação e decisão desta Diretoria-Geral (0430840).

A Assessoria Jurídica concluiu que foram observados pelo Pregoeiro todos os pressupostos de admissibilidade, quais sejam, existência de um ato administrativo, legitimidade ativa, interesse de recorrer, fundamentação, momento próprio para a interposição e tempestividade e que o procedimento transcorreu de forma regular. Por fim, opinou pela homologação do certame pela autoridade competente e pela adjudicação do objeto em favor da empresa vencedora (0432214).

Preliminarmente, verifica-se que a recorrente participou do certame, caracterizando o seu interesse. O recurso foi apresentado na forma prevista no edital e tempestivamente. Assim, conheço do recurso.

No mérito, verifico que não assiste razão à recorrente.

Compulsando os autos, observo que a vencedora licitante apresentou cópia da alteração contratual, na qual consta como objeto social várias atividades, dentre as quais as atividades de **serviços** de engenharia e serviço de arquitetura (0430802). O art. 6º, inciso II, da Lei 8.666/93, define claramente o conceito de **serviço**, e dentre as atividades arroladas na norma como serviço está a **manutenção**.

No tocante às alegações da empresa **CONSTRUMIX - CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA.**, sobre o **balanço patrimonial**, se o edital não exigiu tal documentação não poderia o Pregoeiro a exigir, sob pena de descumprimento às regras editalícias. O princípio da vinculação ao instrumento convocatório possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas.

Constata-se, ainda, que no certame foram obedecidos os

princípios e procedimentos da Lei n. 8.666/93 e da legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o qual transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico (0427366).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, esta Diretora-Geral:

a) **Conhece do recurso interposto pela empresa CONSTRUMIX - CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA., por ser próprio e tempestivo e, no mérito, nega provimento**, pelos fundamentos acima descritos;

b) **HOMOLOGA O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 09/2019**, com fundamento no art. 4º, XXII da Lei n. 10.520/02;

c) **ADJUDICA o objeto em favor da empresa CIRCUITOS ENGENHARIA DE AUTOMAÇÃO E CONTROLE LTDA, CNPJ 21.366.809/0001-01, já que demonstrado nos autos condições para contratação com o setor público**, com fundamento no art. 4º, XXII da Lei n. 10.520/02.

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos e para que retorne os autos ao Pregoeiro para adoção das providências de praxe, inclusive a juntada aos autos dos comprovantes de publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 10/07/2019, às 16:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0432442** e o código CRC **FAFA02BC**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE ATA REGISTRO PREÇOS

Espécie: Extrato da Ata de Registro de Preços nº. 60/2019, decorrente do Pregão Eletrônico TRE-RO 09/2019. Processo SEI 0000914-41.2019.6.22.8000 - SEI. **ARP nº. 60/2019** - Adjudicatária: **CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA.** CNPJ: **21.366.809/0001-01.** Objeto: **Item 01 do Edital.** Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de manutenção predial SOB DEMANDA com fornecimento de mão de obra e insumos diversos descritos nas tabelas SINAPI DESONERADA da unidade federativa do Estado de Rondônia. Unid. Serviços. Quant. 01. Valor Total da ARP R\$ **3.383.028,4450.** Vigência da Ata: 12 (doze) meses a contar da publicação no D.O.U. Assinada por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, Diretora Geral do TRE-RO, e pelo representante legal da empresa.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 19/07/2019, às 14:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0436704** e o código CRC **AA7866D7**.

0000914-41.2019.6.22.8000

0436704v2

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO DO SUL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Proc. Administrativo SEI nº 0003462-52.2018.6.12.8000. Termo de Alteração Contratual nº 040/2019 - 1º TA ao Contrato nº 54/2018. OBJETO: Prorrogação da vigência contratual, por 12 meses; REAJUSTE DOS em 4,33 % ADEQUAÇÃO DO QUANTITATIVO E FAIXA DE IDADE DOS USUÁRIOS e ACRÉSCIMO DE VALORES, no percentual de 4,33%. Fundamentação Legal: art. 57, inc. II c/c alínea "b" do inciso I c/c §1º, ambos do artigo 65 da Lei nº 8.666/93. Contratada: UNIMED CAMPO GRANDE MS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO. CNPJ: 03.315.918/0001-18. Valor total: R\$ 3.516.987,65. Assinatura: 19/07/2019. Vigência: 01/08/2019 a 31/07/2020. Assinam: Hardy Waldschmidt, Diretor-Geral do TRE/MS e Maurício Simões Correa, representante legal da empresa UNIMED CAMPO GRANDE MS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO.

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 28/2019

Aquisição de materiais de consumo de informática Proc. Adm. nº 000143-42.2019.6.12.8000. Empresa vencedora e valor unitário: ITEC SOLUÇÕES LTDA., CNPJ 13.653.699/0001-30: Item 01 - R\$ 67,45; Item 02 - R\$ 67,45. A íntegra da ata do pregão está disponível no site www.comprasnet.gov.br e no site deste Tribunal www.tre-ms.jus.br.

SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI
Pregoeira

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº 1904176/2019; Contrato 059/19; Contratada: BS Administração e Terceirização Eireli; Vigência: 1/8/2019 a 31/7/2020; Objeto: Serviços e portaria para o CAE de Sete Lagoas; Valor: R\$39.899,74; Classificação: 3390.37.01; PT: 02.126.0570.7832.0001; NE: Será emitida; Fundamento Legal: Pregão Eletrônico 34/2019; Signatários: Adriano Denardi Júnior - Diretor-Geral pelo TRE-MG e Rogério Rafael Pinto-Titular, pela Contratada; Assinatura: 11/7/2019.

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº 1906644/19; Contrato nº 61/19; Contratada: Taina Mudanças Ltda.; Vigência: 18/07/19 a 17/12/19; Objeto: Serviços de mudança do mobiliário, equipamentos e outros materiais do imóvel do cartório da 239ª ZE; Valor: R\$ 5.650,00; Classificação: 3390.39.74; PT: 02.122.0570.20GP.0031; NE: 2019NE001815; Fundamento Legal: Art. 24, II, da Lei 8666/93; Signatários: Adriano Denardi Júnior - Diretor-Geral pelo TRE-MG e Joana D'Arc Lima Rocha - Diretora, pela Contratada; Assinatura: 16/07/19.

EXTRATO DE COOPERAÇÃO

Processo nº 1909342/19; Termo de Cooperação nº 43/19; Contratada: Condomínio Canto das Águas; Vigência: da data de publicação a 31/07/19; Objeto: Cooperação técnico-administrativa em atividades inerentes à realização do recadastramento biométrico.; Fundamento Legal: Art. 116 da Lei nº 8666/93 e na Resolução do TSE 23.440/15; Signatários: Adriano Denardi Júnior - Diretor-Geral pelo TRE-MG e Aluisio Monteiro da Silva - Síndico em exercício, pela Contratada; Assinatura: 18/07/19.

EXTRATO DE TERMO DE QUITAÇÃO

Processo nº 1406067/2014; Termo de Quitação do Contrato 053/14; Contratada: 3A Locação e Mão de Obra Ltda.; Vigência: a partir da assinatura; Objeto: Quitação da repactuação e reajuste 2019; Valor: R\$835,33; Classificação: 3390.37.02; PT: 02.122.0570.20GP.0031; NE: 2019NE001857; Fundamento Legal: Arts 320 e 884 do Código Civil, art. 55, III, da Lei 8.666/93, art. 12 do Decreto 9507/18 e Cláusula 10 do Contrato; Signatários: Adriano Denardi Júnior - Diretor-Geral pelo TRE-MG e Daniel Monteiro Sales - Sócio-Administrador, pela Contratada; Assinatura: 12/7/2019.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2019 - UASG 70004

Nº Processo: 0001850-88.2019.6. Objeto: Registro de preços para futura aquisição de material permanente (servidores de impressão, scanners de alto desempenho, monitores de vídeo, webcams e caixas amplificadas). Total de Itens Licitados: 9. Edital: 22/07/2019 das 08h00 às 15h00. Endereço: Rua Joao Diogo, 288, Campina - Belém/PA ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70004-5-00030-2019. Entrega das Propostas: a partir de 22/07/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 13/08/2019 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

ROBEZAN FERNANDO SANTOS DOS REIS
Pregoeiro

(SIASgnet - 19/07/2019) 70004-05606-2019NE000109

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO Nº 31/2019

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no D.O.U em 05/07/2019 - Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para eventual contratação de serviços de apoio para eventos necessários a realização de solenidades, treinamentos e reuniões de trabalho realizados pelo TRE/PE, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência (ANEXO I) do Edital.

WILLIAMS DE LUCENA ALVES
Pregoeiro

(SIDE - 19/07/2019) 070010-00001-2019NE000054

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Nota de Empenho Ordinário. TRE-PE nº 2019NE0668, emitida em 15/07/2019. SEI nº 0002266-72.2019.6.17.8000 CONTRATADA: BS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EIRELI. Valor: R\$ 768,00. OBJETO: Material de proteção e segurança. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação, art. 24, II da Lei 8.666/93 TRE-PE. PTRES: 084609. Elemento de despesa: 3390.30.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Nota de Empenho Ordinário. TRE-PE nº 2019NE0660, emitida em 15/07/2019. SEI nº 0014369-14.2019.6.17.8000 CONTRATADA: SEVENTEC TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA. Valor: R\$ 10.746,05. OBJETO: Material de processamento de dados. FUNDAMENTO LEGAL: Ata de Registro de Preço nº 006/19, vinculada ao pregão eletrônico nº 05/19 deste TRE-PE. PTRES: 084609. Elemento de despesa: 3390.30.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Notas de Empenhos Ordinários. TRE-PE nº 2019NE0653 e 654, emitidas em 12/07/2019. SEI nº 0004424-03.2019.6.17.8000. CONTRATADA: AZURE EVENTOS E PROJETOS LTDA. Valores: R\$ 2.100,00 e R\$ 1.400,00. OBJETO: Exposições, Congressos e Conferências. FUNDAMENTO LEGAL: Ata de Registro de Preços nº 46/18, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 38/18 deste TRE-PE. PTRES: 084609. Elemento de despesa: 3390.39.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 16/2019

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul comunica o resultado da licitação homologada. Vencedores e preços totais: Lado C Comércio e Importação Home Office, item 1, R\$ 3.577,13; Indústria e Comércio de Móveis Lachi, item 2, R\$ 32.699,99, item 3, R\$ 9.979,99, item 5, R\$ 6.990,00, item 8, R\$ 32.730,00, item 9, R\$ 28.358,00; G. C. Araújo - Móveis de aço, item 6, R\$ 16.600,00; Nivelatto Móveis sob Medida Ltda., item 7, R\$ 10.979,00.

JOSEMAR DOS SANTOS RIESGO
Diretor-Geral

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA-GERAL

AVISO DE PENALIDADE

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro resolve aplicar a AMANDA DAS NEVES ALVES EIRELI, CNPJ nº 32.650.614/0001-05, a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, pelo período de 3 (três) meses, a contar desta publicação. A penalidade é resultado das irregularidades apuradas no processo administrativo nº 2019.0.000034430-3.

BRUNO CEZAR ANDRADE DE SOUZA
Diretor-Geral

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Extrato das ARP 60/2019, decorrente do Pregão Eletrônico 09/2019. Processo 0000914-41.2019.6.22.8000 - Adjudicatária: CIRCUITOS ENGENHARIA LTDA. CNPJ: 21.366.809/0001-01. Objeto: Item 01 do Edital: Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de manutenção predial SOB DEMANDA com fornecimento de mão de obra e insumos diversos descritos nas tabelas SINAPI DESONERADA da unidade federativa do Estado de Rondônia. Unid. Serviços. Quant. 01. Valor total da ARP R\$ 3.383.028,4450. Vigência: 12 meses a contar da publicação no DOU. Assinada por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO, e pelo representante da empresa.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contratada: AP Serv Limpeza e Conservação Especializada Ltda. CNPJ da Contratada: 08.587.258/0001-48. Objeto: Termo Aditivo n. 103/2019, referente ao Contrato n. 100/2018, cujo objeto é a prestação de serviços especializados e continuados de limpeza e conservação, com fornecimento de materiais e disponibilização de equipamentos, para as unidades que compõem a 5ª (quinta) das seis regiões geográficas em que se encontram as unidades da Justiça Eleitoral de Santa Catarina (altera o endereço de prestação de serviços em Videira, a partir de 29/07/2019). Fundamento legal: Lei n. 8.666/1993. Data da assinatura: 15/07/2019. Pregão n. 077/2018.

AVISO DE PENALIDADE

A Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina resolve aplicar à empresa Central Blu Ltda., CNPJ n. 18.084.091/0001-56, as penalidades de impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF (Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores), com base no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e no subitem 11.2, "f", do Edital do Pregão n. 017/2019, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação. As penalidades são resultado da apuração de irregularidades ocorridas no referido Pregão, mediante o PAE n. 20.811/2019.

Florianópolis, 15 de julho de 2019.
Des. CID GOULART
Presidente do Tribunal

AVISO DE PENALIDADE

A Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina resolve aplicar à empresa GS Castro Engenharia e Construções EIRELI, CNPJ n. 32.822.743/0001-33, as penalidades de impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF (Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores), com base no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e no subitem 11.2, "f", do Edital do Pregão n. 017/2019, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação. As penalidades são resultado da apuração de irregularidades ocorridas no referido Pregão, mediante o PAE n. 20.805/2019.

Florianópolis, 15 de julho de 2019.
Des. CID GOULART
Presidente do Tribunal

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 22/2019

Prestação de serviços especializados e continuados de limpeza e conservação, com fornecimento de materiais e disponibilização de equipamentos, para os Cartórios Eleitorais do Sul do Estado de Santa Catarina (2ª Região). Data do julgamento: 04/07/2019. Empresa vencedora: AP SERV LIMPEZA E CONSERVAÇÃO ESPECIALIZADA LTDA.

FLÁVIO LANZA
Pregoeiro

(SIDE - 19/07/2019) 070020-00001-2019NE000115

